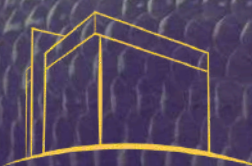




Revista **Bem Viver** **Compartilhando Saberes**

V. 2, Nº 1 – Janeiro a Junho/2025



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

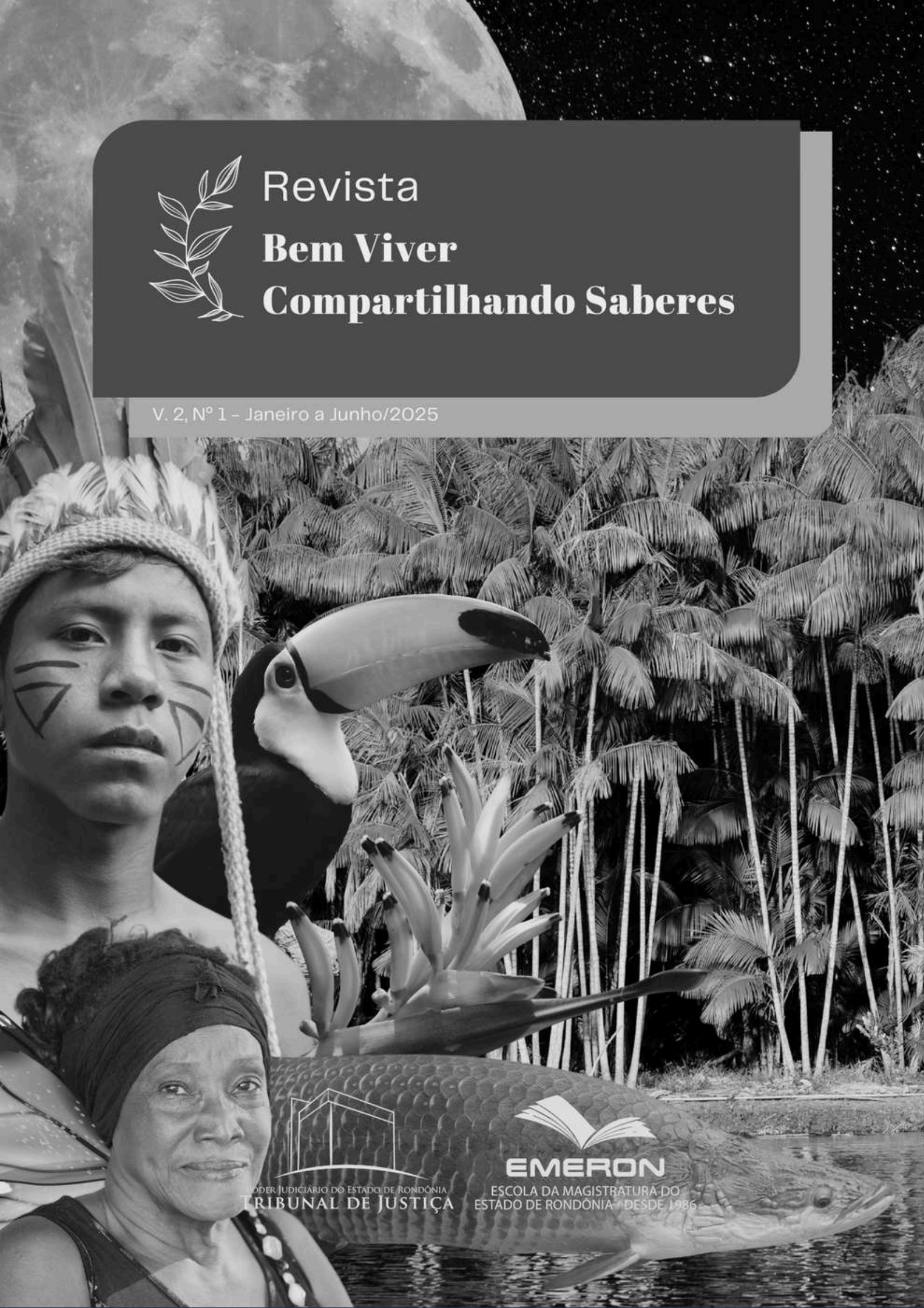


EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986



Revista **Bem Viver** Compartilhando Saberes

V. 2, Nº 1 – Janeiro a Junho/2025



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986



Revista Bem Viver Compartilhando Saberes

V. 2, Nº 1 – Janeiro a Junho/2025

<https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/about>



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986

CÚPULA DIRETIVA - BIÊNIO 2024-2025

Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Presidente	Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente	Des. Glodner Luiz Pauletto
Corregedor-Geral	Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Diretor	Des. Alexandre Miguel
Vice-Diretor	Juiz Johnny Gustavo Cledes
Coordenador do Núcleo Pedagógico de Cacoal	Juiz Elson Pereira de Oliveira Bastos
Secretário Geral	José Miguel de Lima

Centro de Pesquisa Inovação e Publicação Acadêmica - Cepep

Coordenador	Juiz Áureo Virgílio Queiroz
-------------	-----------------------------

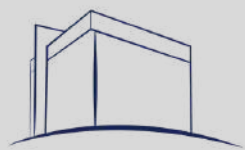
Comitê Técnico-Científico - CTC

Presidente	Juiz Aureo Virgílio Queiroz
Membro	Juiz Johnny Gustavo Cledes
Membro	Juíza Márcia Cristina Rodrigues Masioli

Comitê de Redação Científica e Conselho Editorial

Presidente	Des. Álvaro Kalix Ferro
Membro	Juiz Arlen José Silva de Souza
Membro	Juíza Inês Moreira da Costa
Membro	Juiz Audarzean Santana da Silva
Membro	Juiz Lucas Niero Flores
Membro Adm.	Jean Carlo Silva dos Santos





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Sede
Rua José Camacho, 585, Bairro Olaria
CEP 76801-330
Porto Velho - Rondônia - Brasil
Tel.: (69) 3309-6237
presidência@tjro.jus.br



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986

Editora: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Av. Rogério Weber, 1872, Centro
CEP: 76.801-906
Porto Velho - Rondônia - Brasil
Tel.: (69) 3309-6440
emeron.cepep@tjro.jus.br - emeron@tjro.jus.br

Editor Responsável

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Editora-adjunta

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Edição de Conteúdo

Eduardo Ribeiro dos Santos
Jean Carlo Silva dos Santos

Produção

Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação
Acadêmica - Cepep/Emeron

Periodicidade

Semestral

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610 de 19/2/1998. A reprodução, total ou parcial, desta revista é permitida desde que seja feita a sua citação como fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rondônia. Tribunal de Justiça.

Revista Bem Viver Compartilhando Saberes / Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. – V. 2, N° 1 – Janeiro a Junho/2025. - Porto Velho : EMERON, 2025.

Semestral

Editada em formato eletrônico a partir de 2024.

Disponível em:
<https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/about>
ISSN3085-8674

1. Saúde. 2. Ecologia. 3. Humanidades. I. Rondônia. Tribunal de Justiça. II. Título.

CDU 577.4(05)

SUMÁRIO

06

EDITORIAL

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

09

ROQUE SIMÃO E O POVO SAKURABIAT: UM RELATO EM VÁRIAS VOZES

Ana Vilacy Galucio

Rosalina da Silva Guaratira Sakyrabiar

Lúcia Sakyrabiar

Boni Sakyrabiar

Olímpio Ferreira Sakyrabiar

28

COMUNIDADE TRADICIONAL PAULO LEAL: GERAÇÕES QUE RESISTEM À SECULAR EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA

Solange Struwka

Geraldo Lima

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

38

NATUREZA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE: O RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA FRENTE À COLONIALIDADE ENERGÉTICA

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

48

AMAZÔNIA EM RISCO: REFLEXÕES PARA UMA SOCIEDADE DE CUIDADO DA VIDA

Davi Souza Cruz Emerick

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

59

A DESIGUALDADE RACIAL E O IMPACTO SÓCIO EMOCIONAL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Daiane Ferreira da Costa

Êmerson Ribeiro Jardim

69

UMA HISTÓRIA DE PIONEIRISMO E LUTA PELA TERRA EM JI-PARANÁ/RO: ENTREVISTA COM A SENHORA CÉLIA REGINA

Poliana Pereira Reinoso

Maria do Socorro Eliza Monteiro da Silva

Rosa Marcia Firmino Ramos

79

CONTO: A CASINHA À BEIRA DO RIACHO

Elenice Sakyrabiar



Caras leitoras e caros leitores,

Há edições de uma revista que são como um espelho d'água: devolvem a quem lê o rosto de um tempo, as margens de uma história coletiva. Este é o caso do presente número da Revista do Bem Viver Compartilhando Saberes. Fazemos aqui um convite para atravessar, com olhos abertos e coração atento, as memórias de Rondônia e da Amazônia.

Cada texto é uma travessia neste chão milenar e, de algum modo, conecta vidas que se inscrevem nos rios, nos nomes das árvores, nos gestos teimosos de quem construiu este estado. Histórias de pessoas que, muitas vezes, permaneceram silenciadas ou esquecidas, mas que agora reaparecem como sementes lançadas sobre a terra fértil da memória. As narrativas reunidas neste número não apenas recordam: elas convocam. Convocam a pensar nas marcas profundas da colonialidade do poder, que ainda atravessa corpos e territórios, insistindo em determinar quem pode sonhar, quem pode contar sua história.

A sociedade de risco, com seu horizonte de incertezas e ameaças, se insinua nos detalhes do cotidiano, mostrando que a vida na Amazônia é feita de desafios, mas também de uma resistência que se reinventa a cada dia. A desigualdade racial, mais do que estatística, emerge aqui como experiência vivida, dor e esperança entrelaçadas na aprendizagem de crianças negras, exigindo do(a) leitor(a) um olhar que não se contente com a superfície.

Na seção de Literatura, a palavra ganha outra textura. O conto escrito por uma mulher indígena do povo Sakurabiat não é apenas literatura: é gesto de existência, afirmação de um mundo que resiste ao apagamento. Suas palavras nos fazem lembrar que a Amazônia pulsa em inúmeras línguas, que a ancestralidade é uma presença viva, e que contar é também um modo de manter-se de pé diante das tempestades do tempo.

Esta edição, como sempre, não oferece respostas prontas para os grandes desafios de nosso tempo. Mas inscreve no coração e mente o risco do incômodo, a dúvida fértil, a pergunta aberta para possíveis caminhos.

Ao compartilhar saberes, nos propomos a escutar o que ainda não foi dito, a enxergar o que costuma ficar à margem. Porque viver bem, talvez, seja justamente isso: reconhecer que o outro nos atravessa, que a memória nos molda, que a transformação é sempre possível – e necessária.

Que este número seja, então, mais do que leitura: seja encontro, semente e reinvenção.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Editor-chefe

A large tree trunk with a textured, brown bark is the central focus. It is surrounded by lush green foliage, including various types of leaves and branches. The background is a dense forest with more trees and leaves visible.

ARTIGOS





ROQUE SIMÃO E O POVO SAKURABIAT: UM RELATO EM VÁRIAS VOZES

ROQUE SIMÃO AND THE SAKURABIAT PEOPLE: AN ACCOUNT IN SEVERAL VOICES

ROQUE SIMÃO Y LOS SAKURABIAT: UNA HISTORIA A VARIAS VOCES

Ana Vilacy Galucio¹

Rosalina da Silva Guaratira Sakyrabiar²

Lúcia Sakyrabiar³

Boni Sakyrabiar⁴

Olímpio Ferreira Sakyrabiar⁵

RESUMO

Este texto é um ensaio em homenagem ao indigenista Roque Simão, em virtude de sua extraordinária contribuição ao longo de várias décadas de trabalho junto aos povos originários do estado de Rondônia, Brasil. Trata-se de um texto memorial, apresentando as várias vozes de pessoas que conviveram com Roque Simão e guardam na lembrança memórias de uma vida inteira de colaboração e companheirismo com ele. Roque Simão hoje aposentado, vive, com uma de suas filhas, próximo à cidade de Porto Velho. Mesmo com limitações de saúde, ele sempre relembra dos tempos em que trabalhava com os Sakurabiat e outros povos de Rondônia. Esta homenagem, tem o objetivo de registrar alguns de seus feitos e de trazer o reconhecimento do povo Sakurabiat e da linguista Ana Vilacy Galucio à contribuição de Roque Simão, seja para a demarcação e proteção do território tradicional, seja para a documentação e valorização da língua e da cultura desse povo, seja para o bem viver de seus membros.

Palavras-chave: povos originários de Rondônia; indigenista Roque Simão; povo Sakurabiat.

1 Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI. E-mail: avilacy@museu-goeldi.br

2 Membro do povo Sakurabiat

3 Membro do povo Sakurabiat

5 Membro do povo Sakurabiat

5 Membro do povo Sakurabiat



ABSTRACT

This text is an essay in honor of the indigenist Roque Simão, for his extraordinary contribution over several decades of work with the indigenous peoples of the state of Rondônia, Brazil. It is a memoir, presenting the various voices of people who have interacted with Roque Simão and have memories of a lifetime of collaboration and companionship. Roque Simão is now retired, and lives with one of his daughters near the city of Porto Velho. Even with limited health, he always remembers the times when he worked with the Sakurabiat and other peoples of Rondônia. The aim of this tribute is to register his achievements and to bring recognition from the Sakurabiat people and the linguist Ana Vilacy Galucio to Roque Simão's contribution, be it to the demarcation and protection of traditional territory, or to the the documentation and valorization of the language and culture of these people, or for the well-being of their members.

Keywords: Rondônia native peoples; Roque Simão; Sakurabiat people.

RESUMEN

Este texto es un ensayo en homenaje al indigenista Roque Simão, por su extraordinaria contribución a lo largo de varias décadas de trabajo con los pueblos originarios del estado de Rondônia, Brasil. Es un texto conmemorativo de carácter personal, que presenta las diversas voces de personas que vivieron con Roque Simão y recuerdan recuerdos de toda una vida de colaboración y compañerismo con él. Roque Simão, hoy jubilado, vive hoy, con una de sus hijas, cerca de la ciudad Porto Velho. Incluso con limitaciones de salud, siempre recuerda los tiempos en que trabajó con los Sakurabiat y otros pueblos de Rondônia. Este homenaje tiene como objetivo dejar constancia de algunos de sus logros y llevar el reconocimiento y los Sakurabiat y de la lingüista Ana Vilacy Galucio por la contribución de Roque Simão, ya sea para la demarcación y protección del territorio tradicional, ya sea para la documentación y valorización de la lengua y la cultura de este pueblo, o para el bienestar de sus miembros.

Palabras clave: poblaciones originarias de Rondônia; el indigenista Roque Simão; Sakurabiat.

INTRODUÇÃO

Sou Ana Vilacy Moreira Galucio, linguista e estudiosa das línguas, sobretudo as línguas dos povos originários deste território hoje denominado Brasil. Apesar do meu sobrenome somente registrar as origens portuguesa e italiana dos meus avôs materno e paterno, eu também sou indígena, bisneta de uma mulher indígena da região do Rio Trombetas, no Estado do Pará. Infelizmente não sei sua etnia, mas trago comigo a força da sua ancestralidade. Com estas breves linhas introduzo o lugar de onde falo. Escrevo para prestar homenagem ao indigenista Roque Simão, um homem e humanista apaixonado pelos povos originários do mundo todo, em especial os povos do atual estado de Rondônia, onde atuou grande parte de sua vida. Além de apaixonado, Roque Simão é companheiro, parceiro, defensor da vida e dos direitos desses povos.

Nesta homenagem, além da minha voz, tenho a missão de transcrever a voz e o agradecimento do povo Sakurabiat ao seu Roque, como é conhecido entre os amigos. Começo com uma saudação de D. Rosalina da Silva Guaratira Sakyrabiar, filha de uma das três grandes matriarcas que conviveram com Roque, a saudosa D. Mercedes Guaratira. Em depoimento gravado especialmente para este número, D. Rosalina Guaratira Sakyrabiar começa saudando o amigo, chamado por ela carinhosamente de *Abaso* Roque “vovô Roque” e lhe manda uma saudação especial, falada na sua língua, a língua do seu povo Sakurabiat, na variedade Guaratira:



Figura 1 – Roque Simão
Fonte: As(os) autoras(es).

Eepagap sameka êt kërã, abaso
Roque. Ekoa kwirik nã kop eri.
Ekoa kwirik nã kop ebõ.
Oapitkwararapõõt êrõ.

“Boa tarde, vovô Roque, o
senhor está bem? Como é que o
senhor está aí onde o senhor
está? Espero que o senhor está
bem aí onde o senhor estiver,
onde o senhor tá. Eu não
esqueço do senhor.”

O não esquecer é um fator
presente em todos os
depoimentos que ouvimos entre
os Sakurabiat sobre seu Roque.
O entrelaçamento das línguas
portuguesa e sakurabiat quando
se referem ao seu Roque –
abaso ‘vovô’, *kwamõã* ‘pajé’ –

não é uma alegoria, mas reflete o entrelaçamento de vidas. *Abaso* “vovô” sempre foi a forma carinhosa que os mais novos se referiam ao Roque, e como veremos mais adiante, ainda se referem até hoje. Os mais idosos, como as saudosas D. Mercedes Guaratira, D. Vicência Sakyrabiar e D. Luzia Sakyrabiar, se referiam a ele como *kwamõã* “pajé”. Outros, como eu, simplesmente o chamam de Seu Roque.



Figura 2 – D. Vicencia Sakyrabiar, D. Luzia Sakyrabiar e Vilacy Galucio, aldeia Koopi, 2008.
Fonte: As(os) autoras(es).



ROQUE SIMÃO E O POVO SAKURABIAT: RELATOS E REMINISCÊNCIAS

Eu conheci Roque Simão em janeiro de 1994, quando cheguei em Rondônia pela primeira vez, aos 22 anos de idade, para iniciar o trabalho que moldaria minha vida profissional para sempre: estudar a língua do povo Sakurabiat. O etnônimo Sakurabiat, também escrito nos documentos pessoais (RG, CPF) como Sakyrabiar ou Saquirabiar, é a autodenominação do povo indígena, originário da região dos rios Mekens e Tanaru, que escolheu esse etnônimo, outrora específico de um dos subgrupos (clãs) étnicos, para referir a todos os remanescentes do povo, ou seja, todos os clãs reunidos, após a grande redução populacional causada por motivos variados (epidemias de doenças antes desconhecidas, escravidão nos seringais e migração forçada para outras regiões fugindo desses eventos dramáticos).

O humanista Roque Simão trabalhou durante muitas décadas como indigenista, atuando especialmente entre os povos Sakurabiat e Kwazá, em Rondônia. Em alguns momentos esteve vinculado profissionalmente ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), prestou serviços à Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), trabalhou de modo autônomo, prestando consultorias esporádicas a projetos de pesquisa, e trabalhou voluntariamente. Enfim, nunca esteve preso a uma ideologia religiosa ou política, mas sempre esteve a serviço do bem viver dos povos indígenas. Os diversos empregadores eram apenas a alternativa da vez para garantir a continuação do trabalho que ele fazia com ou sem remuneração.

Muito antes de meu primeiro encontro com ele, em 1994, ele já atuava junto a esses povos. Sua intervenção junto aos Sakurabiat iniciou na década de 1980, não sei se antes ou após a epidemia de sarampo que assolou e matou dezenas de pessoas desse povo. Lutou lado a lado em todo o longo processo que culminou com a demarcação da Terra Indígena Rio Mekens, território tradicionalmente ocupado pelo povo Sakurabiat, e da Terra Indígena São Pedro, território tradicional do povo Kwazá.

Segundo relatos do próprio Roque e de vários membros do povo Sakurabiat, ele foi um dos grandes incentivadores e parceiros atuantes nesse processo. Roque acompanhou o movimento da autodemarcação do território realizada por eles, em parceria com o padre Manoel Valdez Treviso, descendente do povo indígena Tarahumara, do México.





Figura 3 – Roque Simão chegando da roça, aldeia Koopi, 2008.
Fonte: Vilacy Galucio.

Movimento esse que foi fundamental para a conquista da demarcação do território. Roque atuou lado a lado com os Sakurabiat na luta pelo reconhecimento de seus direitos constitucionais. Lutou de modo contínuo durante muitos anos, ao lado dos grandes chefes dos Sakurabiat vivos naqueles tempos, entre eles o Sr Petaro Sakyrabiar, possivelmente o último grande pajé dos Sakurabiat, e do Sr. Carmelo Sakyrabiar, o último grande cacique geral, responsável pela reunião de todos os remanescentes após a drástica redução da população no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A Terra Indígena Rio Mequéns foi homologada através do decreto s/n de 24 de maio de 1996 e está localizada dentro dos limites do município de Alto Alegre dos Parecis. Mas antes que acontecesse a demarcação e homologação, Roque Simão e Manoel Valdez atuaram de modo incansável, na luta contra as madeiras que haviam se instalado ilegalmente no território indígena, lutaram contra as ameaças e as violências sofridas pelos Sakurabiat, naquela época ainda conhecidos como Mekem ou Mekens, em referência ao rio onde se localizava parte do povo.

Essa atuação do Roque como indigenista que lutou lado a lado com os Sakurabiat na defesa do seu território tradicional e pela demarcação da terra indígena é relembrada até hoje pelos membros do povo Sakurabiat que conviveram com ele naqueles anos iniciais da década de 1980.



Cupuaçu, fruta presente em toda bacia amazônica.



Na voz de Lúcia Sakyrabiar, filha de D. Luzia Sakyrabiar e do saudoso Petaro Sakyrabiar, seu contato inicial com seu Roque, ainda muito moça, se deu justamente nessa época. Ela conta que:

“Seu Roque foi uma pessoa boa que eu conheci. Quando eu comecei conhecer ele, ele foi sempre uma pessoa boa com minha família. Eu tava com minha família lá na aldeia velha. Eu conheci ele foi lá, quando eu tava com meus pais ainda, com minha mãe ainda. E aí que eu conheci seu Roque. Ele e o padre Valdez naqueles tempos. Aí que eu conheci seu Roque, conheci ele e o padre Valdez quando eles entraram na nossa aldeia lá com finado meu pai. Eram eles dois que faziam a visita pra gente na aldeia. Eles chegavam a pé (vindo) de Pimenta Bueno, escondidos dos fazendeiros. Ele chegava de madrugada. Como meu pai era daqueles velhos antigos, né, ele fazia o cafezinho dele de manjerioba. (Meu pai) olhava pro caminho, já vinha seu Roque. De longe ele gritava pra seu Roque. Tinha até uma história que um apelidava o outro “Ei velho, você não morreu ainda, não?” E o outro gritava “Não. Quando eu morrer você vai ver”. Falavam assim um com o outro. Isso era uma brincadeira deles. Aí ele chegava, tomava café do meu pai que ele fazia de manjerioba. Aí eles conversavam, né, aqueles converseiros deles. Assim eu conheci seu Roque.”



Figura 4 – Lúcia Sakyrabiar e Vilacy Galucio, aldeia Baixa Verde, 2017.
Fonte: Carla Costa.





O cacique Olímpio Ferreira Sakyrabiar, filho caçula e o único filho ainda vivo dos saudosos Sr. Carmelo Sakyrabiar e D. Vicência Ferreira Sakyrabiar, fez questão de enviar um depoimento diretamente da sua aldeia. Sua mãe, D. Vicência Sakyrabiar, falecida recentemente, em 2021, foi grande amiga de seu Roque e uma das grandes incentivadoras e parceiras na documentação da língua de seu povo. Ao falar do Roque e do trabalho que ele fez, Olímpio nos conta que ele é:

“Excelente companheiro, amigo, lutou muito por nós sobre a demarcação. Foi o nosso guerreiro, né. Também o Valdez, não vou deixar ele de lado também. Os dois lutaram, arriscando a própria vida pra nos defender. Eles nos ajudaram muito. A Funai de Brasília foi informada e aí com um tempo depois a Funai nos reconheceu, veio até na aldeia. Meu pai também já se sentia com problema de saúde, mas o meu irmão o cacique Damião com a comunidade, nossos tios, nossos primos, a gente foi muito forte e a gente conseguiu a demarcação.

Então, eu só tenho que agradecer o seu Roque. Uma pessoa trabalhadora, uma pessoa de coragem, uma pessoa de fibra, né. Nos ajudou muito.

Manoel Valdez também nos ajudou muito. Graças a Deus, hoje nós temos essa terra indígena demarcada, né. Só tenho que agradecer ele”.

Retomando o depoimento de Rosalina Guaratira Sakyrabiar, ela enfatiza a importância do trabalho de Roque Simão para a demarcação do território e registra também sua gratidão, em uma mensagem direta endereçada a ele:

“Eu nunca esqueci do senhor, nem vou esquecer. Primeiro foi padre Manoel Valdez, depois veio você, vovô Roque, e o Frei Walmir. Vocês que brigaram muito pra demarcar essa terra onde nós estamos hoje. Onde eu estou. Eu tô aqui, em cima da terra que o senhor cuidou pra nós. Por causa de você que nós temos essa terra e eu tenho essa terra onde eu tô morando. E eu tô aqui, nós tamo aqui em cima dessa terra por causa do senhor. Vocês lutaram muito pra poder deixar essa terra pra nós morar. Por isso, eu nunca esqueço de vocês, de você vovô Roque. Agora eu tô aqui morando. Agora eu tô sozinha, meus dois irmãos já se foram. Só estou eu morando aqui, eu e os meus filhos, morando na terra que o senhor cuidou pra nós.”



Figura 5 – Roque Simão e Vicência Sakyrabiar, aldeia Koopi, 2016.

Fonte: Vilacy Galucio.

Outra faceta do trabalho de Roque junto aos Sakurabiat foi no fortalecimento e empoderamento desse povo, que trazia consigo o peso e as marcas de mais de 40 anos de sofrimento impetrado pelos *kwerep*, os não-indígenas. Nesse contexto Roque teve sempre duas características marcantes: a capacidade de escuta – uma escuta quieta, mas ativa – e o jeito único de fazer junto, de ajudar, mesmo quando parecia não ter como fazer. Talvez por isso, ele seja visto como um pai, um irmão, um membro da família. Alguém que sempre estava ensinando algo, ajudando em algo, alguém que não tinha preguiça, não tinha hora errada, estava sempre presente.



Figura 6 – D. Mercedes Guaratira, Vilacy Galucio e Rosalina Guaratira Sakyrabiar, sessão de documentação linguística, aldeia Baixa Verde, 2007.

Fonte: Roque Simão.

Isso fica claro na mensagem de Boni Guaratira Sakyrabiar, um dos filhos da finada D. Mercedes Guaratira e marido de Lúcia Sakyrabiar. Boni começa nos dizendo assim: “Seu Roque é segundo meu pai, eu gosto muito, (sempre) gostei muito (d)ele”. Boni Sakyrabiar fez questão de enviar uma mensagem para ser escrita na sua língua tradicional, a língua Sakurabiat (variedade Guaratira), na qual ele elabora essa imagem de seu Roque.



*Otop nẽngãt ke tete seu Roque.
Oyke okip kaat nẽngãt ke te sete.
Kaarobõ te simõtkwa nõã. Ose
osesẽ osese koop. Ke tete sete otop
nẽngãtka oyke nẽngãtka okip
nẽngãtka. Okip ebõ ĕp se nẽngãt ke
te sete. Seãy ke tete sekoa kaarap
te sete. Mõtkwa te pe ose ipegap te
isobekat ke te sete. Kaat nã ose
oseieykwa ieykwa ose. Puruap sete
kaat. Kurẽp tuu ikobap ke te sete
imõtkwa.*

*“Seu Roque é como se fosse meu
pai. Ele é assim como meu irmão
mesmo, meu irmão mais velho e
meu irmão mais novo. Ele faz tudo
pra nós, não tem nada que ele não
faça. Tudo que nós pedimos ele faz.
Nós junto com ele. Por isso que nós
gostamos muito dele, do trabalho
dele. Nós gostamos do trabalho
dele”.*



Figura 7 – Roque Simão apanhando bacaba, aldeia Baixa Verde, 2008.
Fonte: Vilacy Galucio.

Boni Sakyrabiar continuou seu depoimento em português, reforçando que para ele o trabalho do seu Roque sempre foi apreciado porque ele lutava junto com eles pelas coisas necessárias para o povo e que, por essa razão, eles sentem saudade dele, eles sentem sua falta, sentem falta dos trabalhos que faziam juntos. Na variedade do português usada por ele, que traz a influência de uma tradução literal da sua língua, ele traduz saudade como dor, uma dor forte que indica como a ausência de Roque é muito sentida.

“Como ele vem pra cá e visitava todo mundo. No trabalho dele, (durante) muitos tempos trabalhamos junto com ele. Ele batalhava, batalhava muitas coisas, enfrentava muitas coisas. Por isso que (pra) nós aqui, é nosso coração, ele. Então, eu, pelo menos, pra mim, (ele) parece meu pai. Fizemos tanta coisa junto com ele, muito muito mesmo. Então, por isso que a gente tá com dor dele, muito mesmo. Por exemplo, eu tenho muita dor dele, ele fez muita coisa comigo, com nós aqui. Não tem como (a gente) achar ruim, (ele) é como meu pai mesmo, como meu irmão mesmo. Então, eu tenho muita dor dele, desse homem”.

O lado humanitário e solidário de seu Roque também é lembrado pelos Sakurabiat. Trago aqui a continuação do depoimento emocionado de Lúcia Sakyrabiar que registra todo o apoio que seu Roque deu a ela e sua família, durante vários anos. Ela também o compara ao seu próprio pai, o grande pajé Petaro Sakyrabiar, que faleceu quando ela era ainda muito jovem, e diz que aprendeu muita coisa com Roque:

“Depois disso, eu tive meus filhos, duas crianças especiais. E seu Roque ajudou a gente, nisso aí seu Roque ajudou também. Daí fomos mudando de aldeia em aldeia, até a Aldeia da Serraria Velha que falam. Daí ele ainda andava por lá com a gente. Como se diz, pra mim ele foi uma boa pessoa. Foi como meu pai também, que me deixou cedo, ele ajudou a gente muito. Coisas que os outros não fazem pra gente, ele fazia, ele fez muita coisa pra gente, pra ajudar a gente. Eu com meus filhos, como se diz, eu me casei cedo, não sabia de nada. E ele, como se diz, contava histórias pra gente, muitas coisas ele contava. Coisas que a gente não sabia, a gente aprendia com ele. Depois eu tive a minha família, foi ele que me ajudou, foi ele que me acolheu. Ele me tirou pra Pimenta Bueno, com o auxílio da enfermeira Zaíde. Foi ele que me deu a mão. (...) como dizem os outros, um ombro amigo. Nessas horas, o seu Roque tava (sempre) com a gente. Ele falava pra gente assim “tira as crianças pra rua pra consultar (elas)” Ou ele mesmo pegava a gente e levava. E nós fomos (vivendo) assim, ele ajudando a gente. Até que a gente saiu pra Pimenta Bueno com as crianças doentes. E ele tava ao lado nosso também. Ele fazia de tudo pra nós, pra arrumar uma comida, porque lá em Pimenta a gente ficava sem nada. Nós não tínhamos nada, não tínhamos como arrumar comida pra nós, ele conseguia. (...) Tinha dia que nós não tínhamos nada pra comer e o seu Roque tirava 10 reais (do bolso), que naquele tempo era 10 reais, e pagava um frango pras minhas crianças. Então pra mim, seu Roque foi uma boa pessoa”.





Figura 8 – Ivonei Sakyrabiar, filho de Boni e Lúcia Sakyrabiar, e Roque Simão. Aldeia Baixa Verde, 2012.
Fonte: Vilacy Galucio.

No mesmo depoimento, Lúcia Sakyrabiar continua contando como foi a atuação decisiva de seu Roque para que ela e sua família voltassem para a aldeia e pudessem constituir novamente seu lugar dentro do território:

“Fiquei um tempo em Pimenta Bueno, fazendo tratamento do meu filho. E ele me ajudou até o dia que eu vim embora pra cá, pra aldeia que hoje eu estou aqui. Como se diz, se tô aqui, não foi por mim mesma, não. Não foi por mim que eu tô aqui nessa aldeia, foi por causa de seu Roque. Ele pegou a toyota dele; dele, não, que ele andava;

ele trouxe nós até aqui. Aqui ele deixou nós, veio até junto com seu Fernando, que hoje ele já não existe mais também.

Eles vieram junto e deixaram nós aqui. No meio de um pasto. Era tão grande aqui que só tinha pasto. Ele deixou nós aqui no meio do pasto com as duas crianças especiais e mais os outros dois que já eram grandes. Nós viemos passar as férias pra cá. (...) Nós viemos passar as férias aqui e até hoje nós estamos aqui. Foi aí que nós abrimos aqui esse lugar, com o pai dos meninos lutando. Até que chegou o tio, que deixou nós esses dias (o cacique Geraldinho Sakyrabiar faleceu em março de 2025). Ele veio por dentro do mato e começou ajudar a gente e daí seu Roque voltou e deixou nós aqui. E nós estamos aqui até hoje. Fomos abrir o lugar. E essa é a história do seu Roque. Daí nunca mais eu vi ele. Eu só vi ele depois disso quando ele veio uma vez aqui. Daí nunca mais eu vi ele. Eu queria ver seu Roque, soube que ele está doente e queria ver ele, mas até hoje não deu”.

Em um outro trecho de seu depoimento-homenagem ao Roque, Lúcia Sakyrabiar nos diz que foram tantas coisas nas quais seu Roque ajudou, desde a luta pela terra, os registros de documentação, a saciedade da fome quando precisaram, tantas e tantas histórias que nunca serão esquecidas.





“Essa é a história que eu sei de seu Roque, que me ajudou muito. Eu tenho que falar que seu Roque foi como um pai pra mim, que eu não tive meu pai muito tempo comigo. Ele foi muito boa pessoa pra mim, ajudou muito na hora difícil. Isso que eu conheço dele. E muitas (outras) coisas também que ele ajudou. Pra essa terra que nós estamos hoje, ele ajudou muito. (Ajudou) a ir pra Brasília, fazia documentos pra a gente voltar pra aldeia, fez fotos pra levar pra Brasília pra ver se o pessoal (de Brasília) acreditava. Foi aí que ele fez essas coisas pra gente. É isso aí que eu sei do seu Roque, que eu vi, né. É isso aí que eu tenho pra dizer, que ele, como se diz, foi um grande pai e um grande amigo. Por isso que eu digo, essa pessoa pra mim foi como um parente da gente, como um amigo, como um pai. Eu falo pros meninos até hoje. Quando eu não tinha nada, ele dava 10 centavos, 1 real, 2 reais pros meninos comprar pão. Isso eu não esqueço nunca. Isso eu vou levar comigo, como uma história dele, como do meu pai, eu vou levar comigo. Não vou esquecer nunca o que ele fez por nós”.



Figura 9 – Manoel F. Sakyrabiar e Roque Simão (na Toyota), tentando desobstruir a estrada, 2002.

Fonte: Vilacy Galucio.

Hoje, os outros filhos de Lúcia, os meninos mencionados por ela, são adultos e têm suas próprias famílias e filhos. Sua filha Elinei Sakyrabiar me contou que ela lembra bem do seu Roque e sempre fala para os seus filhos que ele como foi um avô para ela e seus irmãos. Isso mostra como as ações de Roque foram sentidas e tiveram um impacto positivo na vida de suas famílias.

A valorização da língua e da cultura tradicionais dos Sakurabiat foi também uma bandeira defendida pelo Roque Simão. Ele levantou essa bandeira não de forma retórica, mas de maneira prática e objetiva. Lembro bem do nosso primeiro encontro, quando cheguei na aldeia principal dos Sakurabiat, em 1994. Roque me recebeu de forma muito efusiva e disse algo que naquele momento não consegui entender. Ele me disse “Que bom que você chegou!” Era como se ele estivesse esperando por mim. E, na verdade, estava. Não necessariamente por mim, mas por um(a) linguista que fosse estudar e documentar a língua tradicional dos Sakurabiat. Roque já havia percebido a situação de vulnerabilidade da língua, a qual já naquela época não estava sendo transmitida (ensinada e aprendida) para as novas gerações. Ele não somente aguardava ansioso por alguém que assumisse essa missão, tão necessária, como também fomentou entre os Sakurabiat o conhecimento de que essa ação era necessária e importante.

Assim, quando cheguei para iniciar o estudo e documentação da língua, fui recebida com muito carinho pelo povo e se desenvolveu rapidamente uma relação de parceria e cumplicidade, entre mim, os anciãos e os falantes mais jovens. Uma das primeiras missões que me deram foi de registrar as histórias tradicionais do povo e de organizar como poderíamos escrever essas histórias na língua, ou seja, de desenvolver junto com eles o sistema ortográfico da língua Sakurabiat.

O sistema de escrita da língua Sakurabiat foi estabelecido em um trabalho conjunto, desenvolvido com os falantes da língua, entre os anos de 1996 e 1998. Nesse período, realizamos, na Terra Indígena Rio Mekens, um programa de alfabetização de adultos para ler e escrever na língua Sakurabiat, para o qual sempre contamos com a apoio discreto do seu Roque. Com base nos estudos da língua, o alfabeto Sakurabiat é representado pelos seguintes grafemas: a, ã, aa, ãã, b, e, ee, ê, êê, g, i, ii, î, îî, k, kw, m, n, ng, ngw, o, oo, ô, ôô, p, r, s, t, u, uu, û, ûû, w, y, '. Podemos observar que esse sistema é diferente do alfabeto da língua portuguesa pois ele representa os sons próprios da língua Sakurabiat. E mesmo grafemas que existem no alfabeto português representam sons diferentes em Sakurabiat. O grafema ou letra “u”, por exemplo, representa um som que não existe em português, a vogal central alta [ɨ] que é pronunciada com os lábios estendidos e soa quase como a primeira vogal da palavra “Tânia” em português. Seu Roque acompanhou conosco todas as discussões para a definição do alfabeto, sempre interessado em aprender como escrever a língua dos nossos amigos Sakurabiat.



Figura 10 – Roque Simão com Gabriel Sakyrabiar, filho de Elinei Sakyrabiar e neto de Boni Sakyrabiar e Lúcia Sakyrabiar, aldeia Koopi, 2012.
Fonte: Vilacy Galucio.



Figura 11 – Elias Pasaká Sakyrabiar, Vilacy Galucio e Manoel F. Sakyrabiar, sessão de registro das histórias tradicionais, casa de Roque Simão, Pimenta Bueno, 2002.
Fonte: Roque Simão.



Figura 12 – Ilustração de Lídia Sakyrabiar e Ozélio Sakyrabiar para a narrativa de Pasiare, narrada por Elias Pasaka Sakyrabiar.

O livro de narrativas Narrativas tradicionais SAKURABIAT mãyáp ebõ foi publicado em 2006. Essa coletânea bilingue contém 25 narrativas apresentadas nas três variedades conhecidas da língua Sakurabiat e suas respectivas traduções para o português. Nela vemos e ouvimos as vozes dos narradores, os anciãos e anciãs Sakurabiat – D. Mercedes Guaratira, D. Vicência Sakyrabiar, Sr. Elias Passaká Sakyrabiar, Sr. Pedro Artur Sakyrabiar (posteriormente auto identificado como Pedro Kampé); dos tradutores – Sr. Manoel Ferreira Sakyrabiar, Sr. Olímpio Ferreira

Sakyrabiar e D. Rosalina Guaratira Sakyrabiar; e dos ilustradores que à época eram crianças, Lídia Ferreira Sakyrabiar e Ozélio Ferreira Sakyrabiar. Esse livro registra uma pequena fração da cosmologia Sakurabiat, em toda sua força e beleza.

Essa pequena apresentação desses dois produtos do trabalho de estudo e documentação da língua Sakurabiat é também para agradecer ao meu amigo Roque Simão. Ele esteve presente de forma ativa e companheira em todas as visitas ao território dos Sakurabiat nas quais esses produtos foram sendo elaborados e contribuiu de inúmeras maneiras para esses resultados.

Roque foi um parceiro incansável das atividades que desenvolvi entre os Sakurabiat desde aquela primeira visita em janeiro de 1994. Ele era sempre meu companheiro inseparável em todas as visitas que fiz aos Sakurabiat. A última vez que ele esteve comigo na Terra Indígena Rio Mekens foi em 2017, na visita que fiz com minha então aluna de graduação Carla Costa.

Durante esses quase 25 anos da nossa colaboração, Roque foi um grande entusiasta do trabalho de documentação da língua e de outros aspectos culturais dos Sakurabiat. Tivemos muitos momentos de trabalhos conjuntos e de conversas sobre tantas coisas. No início, nos primeiros anos, ainda na década de 1990, dividimos horas intermináveis de viagem entre Pimenta Bueno e as aldeias na TI Rio Mekens, a bordo do famoso jerico, com partida a manivela, construído pelo próprio Roque, que tantos perrengues ajudou a resolver. Durante muitos anos, o jerico do seu Roque era o único meio de transporte acessível e sempre disponível para os Sakurabiat e qualquer outra pessoa que precisasse sair ou entrar na T.I. Rio Meques, eu entre elas.

Tivemos incansáveis horas de caminhada pela floresta das aldeias, ainda quando os caminhos eram apenas caminhos abertos sem ferir a floresta, quase sempre acompanhados de alguma criança, que nos ensinava sobre a vida na floresta. Seu Roque me deu aulas de sobrevivência na floresta, aulas de empatia, de solidariedade, de amor incondicional a um povo, mas não um povo genérico, pois cada pessoa era vista e percebida na sua individualidade. Ele também me deu aulas de antropologia e sociologia, sempre a partir das ações práticas e daquela escuta ativa que é sua característica peculiar.

Creio que essa visita em 2017 foi a última vez que seu Roque esteve entre os Sakurabiat, no Território que ele de forma tão ativa ajudou a demarcar e proteger. Ou como nos disse Rosalina Guaratira Sakyrabiar, “na terra que ele cuidou para nós (o povo Sakurabiat) morar”. Mas, ainda que distante, pois agora ele mora com sua filha Berenice Simão, próximo à cidade de Porto Velho, sua presença continua muito viva nos corações e na memória de todos nós. Como foi fortemente expresso nos depoimentos de Rosalina, Olímpio, Lúcia e Boni, sua ausência é muito sentida e ele nunca foi nem será esquecido. Como nos diz Rosalina Sakyrabiar, falando na sua língua materna, a saudade do seu Roque é enorme, ele mora no coração das pessoas que nunca param de pensar nele.



Figura 13 – Elias Pasaká, Manoel F. Sakyrabiar e Olímpio F. Sakyrabiar, transcrevendo e traduzindo histórias tradicionais, casa de Roque Simão, Pimenta Bueno, 2002.
Fonte: Vilacy Galucio.



Figura 14 – Aldeia Serraria Velha, 1994. Roque Simão arrumando o jerico para levar as pessoas para Pimenta Bueno e Cacoal.
Fonte: Vilacy Galucio.

Oapitkwara tuyapo òt erõ seu roque. Opibö ép ekoop.
“Eu não esqueço do senhor, seu Roque, você está dentro de mim”

Para finalizar, junto-me ao cacique Olímpio Sakyrabiar e deixo registrado também nossos agradecimentos ao Roque, aos seus filhos e filhas, (bis)netos e (bis)netas. O tempo e a dedicação que ele doou pela causa dos povos originários de Rondônia e, sobretudo aos Sakurabiat, foram preciosos e ajudaram a garantir a vida e o território de um povo. Olímpio concluiu seu depoimento enfatizando esse sentimento de gratidão

“Eu quero agradecer muito cada um dos filhos dele, cada uma das filhas, né. Roque foi um cara que a gente não pode deixar esquecer. Graças a Deus, eu só quero deixar um forte abraço pra ele. Eu vou deixar meu abraço aqui, estou falando pela comunidade aqui Sakyrabiar, né, aqui da aldeia Koopi”.

Abaso Roque, oseapitkwararapo ose ãrõ.
“Vovô Roque, nós não esquecemos de você!”






Figura 15 – Roque Simão e Ozenilo, filho caçula de Olímpio Sakyrabiar e Margarete Macurap Sakyrabiar, aldeia Koopi, 2007.
Fonte: Vilacy Galucio.

Ana Vilacy Moreira Galucio. Graduada em Língua e Literatura Portuguesa e Francesa pela Universidade Federal do Pará (1994), mestrado em Linguística pela *University of Chicago* (1996) e doutorado em Linguística pela *University of Chicago* (2001). Atualmente é pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, onde exerce/exerceu as seguintes funções: Curadora da Coleção Linguística (2020-presente), Coordenadora da Coordenação de Ciências Humanas (2008-2015) e Coordenadora de Pesquisa e Pós-graduação (2015-2018). Professora Credenciada (DP) do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguística e Estudos Literários (Mestrado e Doutorado), da Universidade Federal do Pará, e do Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural (Mestrado) do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Rosalina da Silva Guaratira Sakyrabiar; Lúcia Sakyrabiar; Boni Sakyrabiar; Olímpio Ferreira Sakyrabiar. O povo Sakurabiat, que é constituído por vários grupos ou clãs, possui seu território tradicional demarcado desde 1996, a terra Indígena Rio Mequéns. Como um ato simbólico e político, o povo informa que "sua autodenominação significa "aqueles que se juntaram", refletindo a união de antigos subgrupos em um só povo. De tradição e língua próprias – pertencente à família Tupari – o Sakurabiat enfrenta hoje o desafio da preservação de sua cultura e idioma, pois a língua nativa é falada fluentemente por poucos, principalmente anciãos. Mesmo assim, o grupo mantém viva sua identidade, história e laços com o território ancestral, resistindo às pressões externas e buscando fortalecer suas raízes para as futuras gerações" (GALUCIO, A. V. Sakurabiat. *Instituto Socioambiental*, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sakurabiat>. Acesso em: 07 jul. 2025.)





COMUNIDADE TRADICIONAL PAULO LEAL: GERAÇÕES QUE RESISTEM À SECULAR EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA

TRADITIONAL PAULO LEAL COMMUNITY: GENERATIONS RESISTING THE CENTURIES-OLD EXPLOITATION OF THE AMAZON

COMUNIDAD TRADICIONAL PAULO LEAL: GENERACIONES QUE RESISTEN A LA SECULAR EXPLOTACIÓN DE LA AMAZONÍA

Solange Struwka¹

Geraldo Lima²

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a história e a resistência da Comunidade Tradicional Paulo Leal, frente à exploração e às violações de direitos na Amazônia. A partir de entrevistas e atividades coletivas feitas com os moradores, percorremos na história da Comunidade Paulo Leal que se confunde com a própria história da Amazônia brasileira e seus intrincados processos de exploração como: a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, os ciclos da borracha e a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e o avanço da fronteira agrícola. Os resultados evidenciam a luta contínua dos moradores contra a degradação ambiental, a desterritorialização, e a expropriação de suas terras, além das perdas econômicas e históricas provocadas por grandes projetos de infraestrutura e colonização efetivados pela elite externa à região, apoiada pelo Estado. As conclusões destacam a necessidade urgente de reparação histórica e reconhecimento formal da comunidade como um espaço de resistência cultural, bem como a importância de políticas públicas que garantam seus direitos territoriais e promovam a preservação de sua memória e identidade social.

Palavras-chave: comunidade tradicional; memória; resistência; exploração da Amazônia; direitos territoriais.

1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: solange.struwka@unir.br

2 Liderança da Comunidade Tradicional Paulo Leal

3 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: leandro.missiatto@unir.br



ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the history and resistance of the Traditional Community Paulo Leal, in the face of exploitation and human rights violations in the Amazon. Through interviews and collective activities with the residents, we trace the history of the Paulo Leal Community, which is intertwined with the very history of the Brazilian Amazon and its complex processes of exploitation, such as the construction of the Madeira-Mamoré Railway, the rubber cycles, the implementation of the Santo Antônio Hydroelectric Plant, and the expansion of the agricultural frontier. The results highlight the continuous struggle of the residents against environmental degradation, dispossession, and the expropriation of their lands, as well as the economic and historical losses caused by large infrastructure and colonization projects carried out by external elites, supported by the State. The conclusions emphasize the urgent need for historical reparation and formal recognition of the community as a space of cultural resistance, as well as the importance of public policies that guarantee their territorial rights and promote the preservation of their memory and social identity.

Keywords: traditional community; memory; resistance; exploration of the Amazon; territorial rights.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la historia y la resistencia de la Comunidad Tradicional Paulo Leal, frente a la explotación y a las violaciones de derechos en la Amazonía. A partir de entrevistas y actividades colectivas realizadas con los habitantes, recorremos la historia de la Comunidad Paulo Leal, que se confunde con la propia historia de la Amazonía brasileña y sus intrincados procesos de explotación, como la construcción del Ferrocarril Madeira-Mamoré, los ciclos del caucho y la implantación de la Central Hidroeléctrica Santo Antônio, así como el avance de la frontera agrícola. Los resultados evidencian la lucha continua de los habitantes contra la degradación ambiental, la desterritorialización y la expropiación de sus tierras, además de las pérdidas económicas e históricas provocadas por grandes proyectos de infraestructura y colonización realizados por la élite externa a la región, apoyada por el Estado. Las conclusiones destacan la necesidad urgente de reparación histórica y reconocimiento formal de la comunidad como un espacio de resistencia cultural, así como la importancia de políticas públicas que garanticen sus derechos territoriales y promuevan la preservación de su memoria e identidad social.

Palabras clave: comunidad tradicional; memoria; resistencia; explotación de la Amazonía; derechos territoriales.

INTRODUÇÃO

A Comunidade Tradicional Paulo Leal, situada a 23 quilômetros da capital de Rondônia, Porto Velho, emerge como um exemplo significativo da ocupação e da resistência cultural na Amazônia. A história dessa comunidade está intimamente ligada à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, uma das mais importantes infraestruturas do início do século XX, simbolizando tanto a exploração econômica da região quanto a luta dos trabalhadores que a construíram. Ao longo do tempo, a comunidade enfrentou diversas transformações socioeconômicas, refletindo as complexas dinâmicas de interação entre o homem e a natureza, e as tensões decorrentes das políticas colonizatórias e do desenvolvimento econômico.

Este artigo resulta das atividades realizadas pelo projeto de extensão “Registrar a Memória de quem faz a história: práxis da Psicologia Social junto a Comunidades, Povos e Coletivos da Amazônia”, desenvolvido pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (DEPSI/UNIR). O que apresentamos, são registros valiosos da história de Rondônia não apenas porque preserva as memórias coletivas da Comunidade Paulo Leal, mas especialmente por tornar evidente a resistência de uma comunidade tradicional frente às políticas colonizadoras que ainda vigoram no estado.

Assim, a análise da realidade dessa comunidade fornece ideias valiosas sobre as estratégias de resistência cultural e a importância da educação e do reconhecimento dos direitos territoriais. Além disso, o artigo procura destacar como grandes empreendimentos, como a construção de hidrelétricas e a expansão da fronteira agrícola, impactam negativamente o modo de vida dos moradores. Ao trazer à tona a realidade de Paulo Leal, buscamos contribuir para um debate mais amplo sobre justiça social, direitos humanos e a preservação das culturas tradicionais em um contexto de crescimento econômico e predação ambiental. Portanto, este artigo se propõe a aprofundar o entendimento sobre a memória coletiva da comunidade e a luta por sua preservação diante das ameaças contemporâneas.



METODOLOGIA

A metodologia usada para fazer este artigo foi focada em entender a experiência dos moradores da Comunidade Tradicional Paulo Leal. As técnicas utilizadas incluem:

1. Entrevistas: foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, neste artigo analisamos os relatos de dona Maria e seu Geraldo, filhos dos primeiros moradores da comunidade e guardiões da memória oral do território. Seu Geraldo, além de ser guardião da memória e história da comunidade protagoniza as lutas por reconhecimento e contra a diferentes formas de “asfixia” impostas aos moradores do território. Em razão deste trabalho de guardião da memória oral, Geraldo consta como autor deste artigo em que a transcrevemos para a linguagem escrita. As entrevistas foram semiestruturadas, além de registros produzidos a partir de conversas informais no decorrer das atividades de campo, o que ajudou as(os) participantes a se sentirem à vontade para falar sobre suas vidas e como as mudanças na região os afetaram.

2. Observação: participamos nos finais de semana do cotidiano da comunidade. Isso possibilitou observar de perto como as pessoas se relacionam e como suas tradições culturais são vividas no dia a dia.

3. Análise de documentos: foram analisados documentos importantes, como laudos e registros históricos, provenientes de instituições como o Ministério Público do Trabalho. Essa análise ajudou a entender melhor a história da comunidade e os efeitos das decisões governamentais na vida local.

Essas diferentes abordagens usadas juntas permitiram uma compreensão mais completa da Comunidade Paulo Leal e das mudanças que as(os) moradoras(es) enfrentam em seu cotidiano.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vinte e três quilômetros da capital do estado de Rondônia, na estrada sentido à Vila Nova Teotônio, está localizada a comunidade tradicional Paulo Leal. Ao chegar ao povoado, já à primeira vista, o território anuncia que ali resiste parte significativa da história da região. Do lado esquerdo da estrada, a capela dá indícios da longa data de ocupação (Foto 1). Do outro lado, encontra-se um cemitério. Em conversa com os moradores, compreendemos que ele é um anexo do antigo, aquele que acolheu os corpos cansados dos trabalhadores ferroviários, em sua maioria negros, e de seus familiares (Foto 2). A estrada em que pisávamos fora desviada, cortando-o ao meio. A parte restante deste espaço sagrado foi violada pelo fazendeiro pecuarista das terras ao lado. Há dois anos, sem escrúpulos ou qualquer respeito, o sujeito passou a grade por cima do local, violando a história da região e a memória dos entes queridos do povoado. Essa é mais uma das expressões de como esta comunidade vem sendo tratada nas últimas décadas.



Figura 1 – Capela Santa Terezinha, Comunidade Tradicional Paulo Leal, 2024.

Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 2 – Cemitério da Comunidade Tradicional Paulo Leal, 2024.

Fonte: Fabiany Nery Araújo.

Alguns passos adiante, deparamo-nos com um complexo centenário que envolve os trilhos dos trens, locomotivas, seis casas enfileiradas, construídas em um mesmo padrão arquitetônico (Foto 3), uma imponente caixa d'água (Foto 4) usada como um dos elementos na geração de propulsão dos motores a vapor das marias-fumaças e vestígios das linhas telegráficas da Comissão de Rondon. Entremeadado a isso, a “mais avançada” produção tecnológica da lógica capitalista atuou a força da Natureza. A floresta, que fora rasgada para dar passagem aos trilhos, hoje se entrelaça entre a maquinaria. A frondosa mangueira nascida entre os vagões indica as décadas sem atividade da ferrovia (Foto 5). Este poderia ser um genuíno exemplo da distopia amazônica do início do século passado. Trilhos e vagões, linhas telegráficas e outras ferragens se entrelaçam com a floresta e camuflam os vestígios dessa longa história. Na memória dos antigos moradores da vila, ainda ecoa o som do apito que anunciava a parada do trem, carregado de passageiros e mercadorias, o vai e vem dos trabalhadores que garantiam o abas-

tecimento de lenha e água e o intenso movimento de trocas na comunidade.

O cenário é um relevante registro histórico - “a céu aberto” - de Porto Velho e dos diferentes momentos da ocupação da região Amazônica. Ali se impôs a implementação das mais importantes tecnologias urbanas do início do século passado – a rede ferroviária a vapor que ligava Brasil e Bolívia, finalizada em 1907, e as linhas telegráficas que buscavam conectar o Rio de Janeiro ao Amazonas (1906-1909) (Silva; Alcântara, 2021). Também nos indica o descaso dos órgãos públicos com a memória do povo trabalhador do estado; incontáveis foram aqueles que deram suas vidas para garantir que os 615 mil dormentes montassem os 366 quilômetros da rede ferroviária (Souza, 2023). São memórias dos outros tantos que trabalharam, ano após ano, para que toda essa infraestrutura funcionasse (Craig, 1947). Ademais, evidencia que são os esforços da comunidade que ainda mantém o local conservado e a história viva. Essa adverte aos apressados ou ignorantes sobre a importância do território: “Bem-vindos à Comunidade Paulo Leal – desde 1958 – aqui tem história”, lemos na inscrição da placa (Foto 6).

Apesar da inscrição remeter a 1958, o início da comunidade data de cinquenta anos antes, em 1907 a 1912, com o início das atividades da Ferrovia Madeira-Mamoré. O período foi marcado pelo fim da guerra entre Brasil e Bolívia e a assinatura do Tratado de Petrópolis, que acordou a construção desta linha de conexão da Bolívia ao oceano Atlântico em troca da anexação do Acre pelo governo brasileiro (Marta, 2018). A economia da região era então movimentada pelo primeiro ciclo da borracha e pelo trabalho de servidão nos seringais. Este período foi de intenso fluxo de migrantes de dentro e fora do país (Trubiliano, 2017).



Figura 3 – asas de um mesmo padrão arquitetônica, construídas em 1907 para as famílias dos trabalhadores da ferrovia, 2024.
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 4 – Caixa d'água construída em 1907 para abastecer as locomotivas, 2024
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 5 – Trilhos do trem e mangueira, 2024.
Fonte: Fabiany Nery Araújo.



Figura 5 – Placa localizada no início da comunidade, 2024.
Fonte: Fabiany Nery Araújo.

Dona Maria e seu Geraldo, moradores da comunidade e descendentes de trabalhadores da seringa e da estrada de ferro, explicam que a cada 25 quilômetros a Maria-Fumaça precisava parar para ser resfriada com água. Ali, encontrava-se a primeira parada após a saída de Porto Velho, com destino a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia. Àquela época, a estação era chamada de Teotônio, devido à cachoeira que ficava a 9 km dali. Este período da história ainda é lembrado à medida que algumas pessoas identificam esta comunidade como “Km 25”, fazendo referência à quilometragem dos trilhos. De acordo com os autos do laudo pericial 166/2023, realizado pelo Ministério Público Federal sobre a comunidade, a presença das famílias na localidade remete a pelo menos cem anos e oito gerações.

Os moradores narram que a mudança de nome da comunidade ocorreu na década de cinquenta, período do segundo ciclo da borracha e da retomada das atividades da Estação Ferroviária Madeira-Mamoré. Este período foi caracterizado pela implantação de políticas governamentais voltadas às colônias agrícolas e ao fim do segundo ciclo da borracha (Santos, 2014). Seu Geraldo explica com entusiasmo que as colônias agrícolas foram pensadas para viabilizar a produção de alimentos por aqueles que já formavam as comunidades ao longo da ferrovia.

Nesta localidade, foi criado o lote 5 na gleba C, onde os moradores da comunidade vivem, e os lotes 4 e 7 na gleba D, que também integram parte do complexo centenário. Contudo, o projeto não foi efetivado como prometido, impossibilitando a posse e a titulação dos lotes para os referidos moradores. Seu Geraldo acrescenta, com pesar, que nas décadas seguintes os lotes 4 e 7 – que eram da União – foram doados a terceiros, sem nenhuma vin-

culação com o território. Esses desdobramentos fazem parte do Projeto de Colonização Alto Madeira, uma das políticas dos anos de chumbo impostas pela ditadura empresarial-militar (Cunha; Moser, 2010). Vale destacar que esse período também foi marcado por intensos movimentos migratórios, com um grande contingente de pessoas vindas do Nordeste e do Sul do Brasil, induzidas pelo chamado do governo. O lema da época era: “terras sem homens para homens sem terra” (Lacerda, 2013). A trágica ironia é que aqueles que ali viviam não foram reconhecidos como dignos da posse do território que manejavam.

Seu Geraldo e Dona Maria afirmam que são da quarta geração de pessoas libertas após a escravidão. Na Amazônia, seus antepassados estiveram sob a imposição da servidão do trabalho nas grandes plantações de seringa. A família mudou-se para a comunidade quando ainda eram crianças, ele com apenas um ano. Acompanharam as várias transformações no território e hoje lutam para que o trabalho, a história e a memória de seus antepassados não sejam apagadas. Reivindicam que as famílias que ali residem não continuem sendo expropriadas e que ocorra o reconhecimento da preservação daqueles bens tão importantes para a região. A necessidade desse reconhecimento foi comprovada pelo já citado laudo, realizado pelo Ministério Público Federal. Ao considerar a riqueza histórica e geográfica do território, o estudo antropológico ratifica a necessidade do reconhecimento da comunidade como Comunidade Tradicional.

Durante o acompanhamento do cotidiano da comunidade, foi possível identificar alguns conflitos e enfrentamentos que os moradores vêm travando nas últimas décadas. Um dos mais marcantes da década passada foi, sem dúvida, a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Depois da finalização das atividades na estrada de ferro, as famílias da Comunidade Paulo Leal passaram a ter como principal atividade a produção de alimentos em pequenas áreas próximas às residências, a pesca artesanal na cachoeira Teotônio e a comercialização de alimentos para visitantes da cachoeira (Junior et al., 2023). Essas duas últimas atividades econômicas foram totalmente destruídas com o alagamento da cachoeira e a inundação das áreas próximas, decretando o fim deste importante ponto turístico (Belforte; Cavalcante, 2021). Essas mudanças geradas pelo empreendimento fizeram com que o rio não tivesse mais peixes e a comunidade deixasse de receber visitantes.

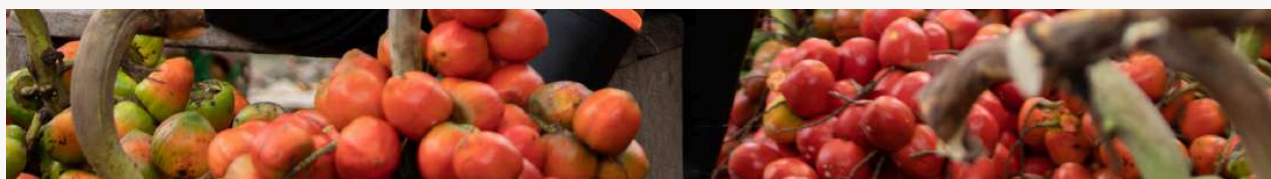
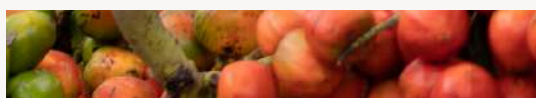
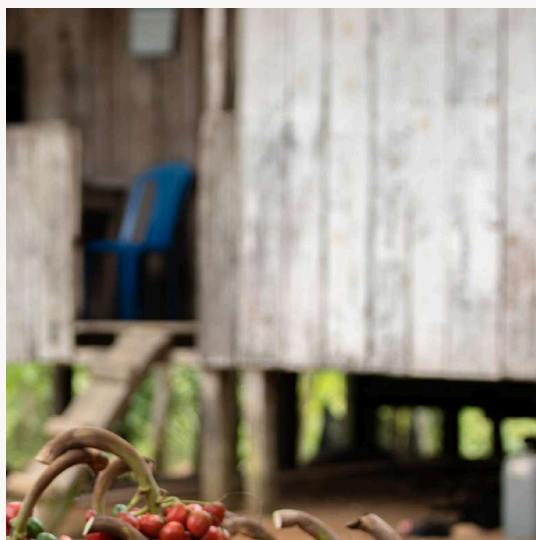
Além disso, devido à formação do lago, ocorreu a desterritorialização dos moradores da Vila Teotônio, que passaram a ficar mais distantes, dificultando o acesso a pé ou de bicicleta, como era feito antes. O intenso fluxo de pessoas e transporte público também cessou. Após a construção da barragem e a implementação da Nova Vila de Teotônio, realizada pelo empreendimento, a histórica Escola Visconde de Mauá da Comunidade Paulo Leal foi fechada. Em desacordo com os interesses das famílias, as crianças têm ido à escola Augusto Vasconcelos, localizada na Nova Vila de Teotônio.

Outra importante mudança foi a intensa proliferação de mosquitos e mutucas no território. Os relatos apontam a necessidade de “se fechar em casa” para não ser picado pelos insetos, o que resulta em alergias, interfere no desenvolvimento dos trabalhos e na sociabilidade dos moradores. Apesar dos impactos, e embora estejam localizados a 3 quilômetros do primeiro ponto de alagado produzido pela construção da barragem, os moradores da Comunidade Paulo Leal não foram reconhecidos pela empresa como atingidos, o que impediu o recebimento de qualquer tipo de reparação pelas perdas sofridas.

Além disso, os moradores têm sido “asfixiados” pelos fazendeiros que plantam soja nas áreas ao redor da comunidade. As estratégias utilizadas pelos fazendeiros são diversas: invasão das áreas coletivas da comunidade, destruição de espaços sagrados, como o cemitério, represamento da água que circulava pelo igarapé e despejo de agrotóxicos na comunidade. Os relatos apresentam um cenário de recorrentes violações de direitos, que resultam na descaracterização de lugares históricos, perda de trabalho e renda, adoecimento e saída forçada dos moradores da comunidade, adoecimento e morte de animais e plantas, entre outros. O que observamos, mais uma vez, é a imposição dos projetos colonizadores da região, agora expressos nos grandes empreendimentos hidrelétricos e no agronegócio - que utiliza alta tecnologia para a produção de soja. Novamente, usam a ideologia do “desenvolvimento” e do “progresso” para expulsar as famílias dos territórios que dão lugar a desertos de soja, produzida para alimentar os lucros de quem nem aqui vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a Comunidade Tradicional Paulo Leal é um exemplo de resistência frente à exploração, opressão e à marginalização dos povos e comunidades da Amazônia. A história, rica e complexa, reflete as lutas de gerações que se opõem aos projetos de colonização, efetivadas pelo capitalismo, e ao apagamento de suas memórias e direitos. O reconhecimento da comunidade como um espaço de valor histórico e cultural é essencial para a preservação de sua identidade social e para a luta por reparação histórica, justiça social e territorial. A proteção dos direitos dos moradores deve ser uma prioridade a fim de garantir a continuidade de sua cultura e a manutenção de seu território, que simboliza a memória e a luta dos que vieram antes deles. A história da Comunidade Paulo Leal é um convite à reflexão sobre as implicações dos projetos de “desenvolvimento” e “progresso”, assim como às consequências dessas ações para os povos, comunidades e bioma da Amazônia.



Solange Struwka. Doutora e mestre pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). É professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integra o Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

Geraldo Lima. Filho dos primeiros moradores da comunidade, guardião da memória oral do território e protagonista das lutas por reparação e reconhecimento da comunidade.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto. Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com conclusão em 2017, e graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed) em 2012. Analista Processual na Especialidade de Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). Membro da equipe de especialistas do Programa Harmony With Nature das Nações Unidas (ONU). Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

REFERÊNCIAS

BELFORTE, Laila Cíntia Mota; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétrica de Santo Antônio e impactos socioterritoriais no reassentamento Santa Rita, **Rondônia. Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 149-169, 2021.

CAMPOS, F. A. A., **Rebeca. Laudo Pericial 166/2023**. Ministério Público Federal, Brasília-DF, 2022.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira - Mamoré: História trágica de uma expedição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, ano X, n. 14, dez. 2010.

JUNIOR, Jean da Silva Dourado; SILVA, José Vanderlei da; VIEIRA, Marcos Antônio Hurtado; GONÇALVES, Ricardo Campero; MORAES, Gilson Castro de. Usina de Santo Antônio e seus impactos ambientais e econômicos. **Engenharias**, v. 27, ed. 128, nov. 2023. Registro DOI: 10.5281/zenodo.10205168.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 8, n. 1, p. 153–168, jan. 2013.

MARTA, José Manuel Carvalho. **Rondônia: da colonização à integração latino-americana**. Cuiabá: Editora Edufimt, 2018.

SILVA, Gilson Divino Araújo da; ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. **Ensino de História em Rondônia: Experiências e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. São Paulo: Record, 2023.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre a economia da borracha e a exploração da mão de obra indígena em Rondônia. **Revista Nanduty**, v. 5, n. 7, 2017/2.

SANTOS, Vanubia Sampaio dos. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. Itabaiana: **GEPIADDE**, ano 08, v. 16, jul./dez. 2014, p. 197-220.



NATUREZA, TERRITÓRIO E IDENTIDADE: O RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA FRENTE À COLONIALIDADE ENERGÉTICA

NATURE, TERRITORY, AND IDENTITY: THE RECOGNITION OF THE RIVERSIDE COMMUNITIES OF THE MADEIRA RIVER IN THE FACE OF ENERGY COLONIALITY

NATURALEZA, TERRITORIO E IDENTIDAD: EL RECONOCIMIENTO DE LAS COMUNIDADES RIBEREÑAS DEL RÍO MADEIRA FRENTE A LA COLONIALIDAD ENERGÉTICA

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza¹

RESUMO

O artigo analisa a invisibilização das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira no processo de licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, a partir da perspectiva da Teoria do Reconhecimento, do pluralismo jurídico e da crítica à colonialidade do saber. Argumenta-se que o modelo hegemônico de desenvolvimento, ao operar segundo uma lógica de colonialidade energética, nega a identidade coletiva dessas comunidades e rompe sua relação ontológica com o território e com a Natureza. Defende-se que o reconhecimento jurídico e simbólico dos povos da floresta e da Natureza como sujeito de direitos é essencial à construção de um Direito pluriverso e à efetivação da justiça socioambiental na Amazônia. A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise documental crítica, revisão teórica interdisciplinar e enfoque nos saberes amazônicos.

Palavras-chave: colonialidade energética; comunidades ribeirinhas; reconhecimento; direito ao território; Natureza como sujeito de direitos; justiça socioambiental.

¹ Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). E-mail: ursula@tjro.jus.br



ABSTRACT

This article analyzes the invisibility of the riverside communities of the Madeira River during the environmental licensing process of the Santo Antônio and Jirau hydroelectric plants, from the perspective of the Theory of Recognition, legal pluralism, and the critique of the coloniality of knowledge. It argues that the hegemonic development model, operating under a logic of energy coloniality, denies the collective identity of these communities and disrupts their ontological relationship with the territory and with Nature. The paper defends that the legal and symbolic recognition of forest peoples and of Nature as a subject of rights is essential for the construction of a pluriversal legal system and for the realization of socio-environmental justice in the Amazon. The methodology adopted is qualitative, based on critical documentary analysis, interdisciplinary theoretical review, and emphasis on Amazonian epistemologies.

Keywords: energy coloniality; riverside communities; recognition; right to territory; Nature as a subject of rights; socio-environmental justice.

RESUMEN

El artículo analiza la invisibilización de las comunidades ribereñas del Río Madeira en el proceso de licenciamiento ambiental de las centrales hidroeléctricas de Santo Antônio y Jirau, desde la perspectiva de la Teoría del Reconocimiento, el pluralismo jurídico y la crítica a la colonialidad del saber. Se argumenta que el modelo hegemónico de desarrollo, al operar según una lógica de colonialidad energética, niega la identidad colectiva de estas comunidades y rompe su relación ontológica con el territorio y con la Naturaleza. Se defiende que el reconocimiento jurídico y simbólico de los pueblos de la selva y de la Naturaleza como sujeto de derechos es esencial para la construcción de un Derecho pluriverso y para la efectivización de la justicia socioambiental en la Amazonía. La metodología adoptada es cualitativa, basada en análisis documental crítico, revisión teórica interdisciplinaria y enfoque en los saberes amazónicos.

Palabras clave: colonialidad energética; comunidades ribereñas; reconocimiento; derecho al territorio; Naturaleza como sujeto de derechos; justicia socioambiental.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, com sua vastidão hídrica, sociobiodiversidade e múltiplas cosmologias, continua a ser palco de disputas entre projetos civilizatórios distintos. De um lado, o paradigma hegemônico de desenvolvimento, calcado na racionalidade moderna, técnica e mercantil, impulsiona grandes empreendimentos de infraestrutura — como as usinas hidrelétricas — sob a promessa de progresso e integração nacional. De outro, modos de vida tradicionais, territorializados e sustentáveis, são desconsiderados ou invisibilizados nos processos decisórios que incidem sobre seus próprios destinos. Este embate é particularmente evidente no contexto da implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Estado de Rondônia.

As comunidades ribeirinhas, autodenominadas beiradeiras, cuja existência se entrelaça à dinâmica das águas, aos ciclos da floresta e à ancestralidade de seus territórios, não foram reconhecidas como sujeitos coletivos de direito no licenciamento ambiental do Complexo Rio Madeira. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) desconsiderou aspectos centrais da identidade coletiva desses povos, tratando-os como meras variáveis socioeconômicas a serem compensadas, e não como comunidades detentoras de saberes, direitos e formas legítimas de existir. Tal invisibilização reflete não apenas uma falha técnico-jurídica, mas a perpetuação da colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Mignolo, 2017), que relega os povos da floresta ao silêncio epistêmico e político.

O presente artigo propõe-se a analisar, à luz da Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2003), da sustentabilidade (Leff, 2006) e do pluralismo jurídico, como a lógica da colonialidade energética impacta as comunidades tradicionais ribeirinhas do Rio Madeira. Busca-se evidenciar que a negação do reconhecimento não é apenas jurídica, mas simbólica, afetando a identidade coletiva, os laços territoriais e a relação sagrada com a Natureza — esta compreendida não como objeto de apropriação, mas como sujeito de direitos, conforme avança a doutrina e jurisprudência latino-americana (Gudynas, 2010; Acosta, 2012).



O problema que se apresenta é: como o modelo hegemônico de desenvolvimento e a lógica da colonialidade energética, materializadas na implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, têm negado o reconhecimento da identidade coletiva e do território das comunidades ribeirinhas tradicionais, afetando sua existência cultural, ecológica e política?

A hipótese que norteia este estudo é a de que o licenciamento ambiental do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira reproduz a racionalidade tecnocrática e excludente da modernidade ocidental, inviabilizando o reconhecimento das comunidades ribeirinhas como sujeitos coletivos de direito e desconsiderando a Natureza como ente de valor intrínseco, o que contribui para a desterritorialização, o empobrecimento e o apagamento de saberes e modos de vida plurais.

Este trabalho está vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), mas também denuncia o descumprimento de outros como o ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 15 (vida terrestre). A pesquisa está fundamentada em metodologia indutiva e abordagem interdisciplinar, articulando Direito, Antropologia, Sociologia e Ecologia Política.

Ao promover uma leitura crítica dos processos de licenciamento e de construção do discurso técnico-jurídico que sustentou o empreendimento hidrelétrico, este artigo pretende contribuir para o fortalecimento de um Direito plural e dialógico, que reconheça os saberes amazônicos e os direitos das comunidades tradicionais, bem como da Natureza, como condição para a efetivação da justiça socioambiental.

COLONIALIDADE ENERGÉTICA E INVISIBILIDADE DOS POVOS RIBEIRINHOS

A lógica que sustenta os megaprojetos hidrelétricos na Amazônia está enraizada em uma racionalidade modernizante que subordina a Natureza ao domínio técnico-científico e à produtividade econômica. O discurso do progresso, aliado à suposta neutralidade da ciência, legitima formas de intervenção que desconsideram a complexidade sociocultural e ecológica dos territórios amazônicos. Essa lógica configura o que se pode denominar de colonialidade energética — expressão que se refere à reprodução, na contemporaneidade, das estruturas de dominação e exploração originadas no colonialismo, agora mediadas por discursos de desenvolvimento e sustentabilidade, mas que mantêm intactas as hierarquias entre centros e periferias, entre saberes hegemônicos e saberes subalternizados (Quijano, 2005; Alimonda, 2011).





No caso do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, essa colonialidade energética se expressa de maneira emblemática. As comunidades ribeirinhas, tradicionalmente chamadas de beiradeiras, cuja identidade está profundamente vinculada ao território, ao ciclo das águas e aos laços comunitários, foram invisibilizadas nos estudos prévios que subsidiaram o licenciamento ambiental das usinas de Santo Antônio e Jirau. A identificação dessas populações nos documentos oficiais é genérica, e muitas vezes reduzida a estatísticas de reassentamento ou compensações econômicas, sem considerar a especificidade cultural e o vínculo ancestral com o território.

Essa invisibilidade é mais do que um problema técnico: trata-se de um fenômeno de negação ontológica e epistêmica, que exclui essas comunidades do campo dos sujeitos de direito reconhecidos pelo Estado. Como observa Boaventura de Sousa Santos (2006), vivemos sob a vigência de uma epistemologia do norte, que deslegitima os saberes e modos de vida não modernos, promovendo uma “sociologia das ausências” — isto é, tornando ausente aquilo que não se enquadra nas categorias do saber oficial. No contexto da Amazônia, essa lógica se traduz na recusa em reconhecer o território como espaço vivido, simbólico e relacional, reduzindo-o a uma superfície passível de exploração.

O resultado é a desterritorialização forçada dessas populações, cujos efeitos ultrapassam os danos materiais. A perda do território implica, para os povos tradicionais, a desestruturação de seu modo de vida, de suas formas de produção, de suas práticas culturais e espirituais, comprometendo sua integridade existencial. Trata-se de um processo de fragmentação da identidade coletiva, como descrito por Axel Honneth (2003) em sua Teoria do Reconhecimento: quando as formas institucionais de desrespeito — como a exclusão e a invisibilização — se impõem sobre um grupo, há comprometimento não apenas de sua autoestima coletiva, mas de sua capacidade de agência e pertencimento.

A colonialidade energética opera, portanto, como dispositivo de reprodução das assimetrias históricas entre o Estado e os povos da floresta. O licenciamento ambiental, que deveria funcionar como instrumento democrático e preventivo, converte-se em mera formalidade técnica, esvaziada de participação qualificada das comunidades atingidas. Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro contemple, em seu marco legal e infralegal, normas sobre consulta prévia, livre e informada (Convenção 169 da OIT; Constituição Federal, art. 231), sua aplicação é frequentemente negligenciada, sobretudo quando se trata de comunidades não indígenas, como os ribeirinhos.



Essa seletividade revela um padrão de reconhecimento jurídico desigual e excludente, no qual os direitos à terra, ao território e à identidade cultural são concedidos de forma condicional e instrumental, subordinados aos interesses econômicos dominantes. A ausência de reconhecimento, portanto, não é um acidente, mas um mecanismo estrutural de poder, sustentado por uma matriz colonial que continua a operar sob novos discursos e arranjos institucionais.

Dessa forma, torna-se urgente repensar as formas de produção do conhecimento e da decisão jurídica sobre territórios amazônicos, incorporando epistemologias outras e escutando os saberes ribeirinhos, como condição para a superação da colonialidade e a construção de uma justiça socioambiental efetiva.

RECONHECIMENTO, IDENTIDADE COLETIVA E DIREITO AO TERRITÓRIO

A luta das comunidades tradicionais ribeirinhas do Rio Madeira por reconhecimento ultrapassa a dimensão jurídica e inscreve-se numa disputa por visibilidade, legitimidade e existência digna. Inserida em um contexto de violência simbólica e desterritorialização estrutural, a negação de sua identidade coletiva e do direito ao território revela a persistência de uma racionalidade que hierarquiza sujeitos, saberes e formas de vida com base em critérios coloniais de valor.

Axel Honneth (2003), ao elaborar sua Teoria do Reconhecimento, identifica três esferas fundamentais nas quais o reconhecimento se efetiva: o amor (na esfera pessoal), o direito (na esfera jurídica) e a solidariedade (na esfera social). Quando esses reconhecimentos são negados, produz-se uma experiência de desrespeito que fere a integridade individual e coletiva, comprometendo a capacidade de agência moral dos sujeitos. No caso das comunidades ribeirinhas, essa negação se expressa no plano jurídico, ao não serem reconhecidas como sujeitos coletivos com direitos específicos; no plano social, ao serem reduzidas à condição de populações “removíveis”; e no plano simbólico, ao serem excluídas das narrativas oficiais de desenvolvimento.

A identidade coletiva ribeirinha é construída a partir de laços profundos com o território, que não é apenas um espaço geográfico ou econômico, mas um lugar de memória, afeto, espiritualidade e pertencimento. O rio não é um recurso hídrico: é um ente vivo, um parente, um orientador da vida. Assim, a desterritorialização provocada pela implantação das usinas representa uma ruptura epistêmica e ontológica, que afeta a própria possibilidade de continuidade dos modos de vida tradicionais.



Como afirma Santos (2007), a colonialidade do saber impõe um epistemicídio: a destruição dos saberes locais e das formas não hegemônicas de existência. O Direito, ao operar como linguagem dominante na regulação dos conflitos socioambientais, frequentemente contribui para esse apagamento, ao não reconhecer categorias como beiradeiros, povos das águas, comunidades tradicionais não catalogadas dentro dos padrões burocráticos do Estado.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece os direitos dos povos indígenas às suas terras e culturas, e em normas infraconstitucionais (como o Decreto nº 6.040/2007) estende parte dessa proteção às comunidades tradicionais. Todavia, na prática administrativa e judicial, esse reconhecimento é frágil e seletivo, especialmente quando confrontado com os interesses de grandes empreendimentos. O próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das usinas de Santo Antônio e Jirau tratou essas comunidades como “populações afetadas”, e não como sujeitos coletivos com direitos territoriais, culturais e políticos.

O vínculo entre identidade coletiva e território é reconhecido por autores como Haesbaert (2004), que destaca o caráter multidimensional do território como espaço simbólico, político, cultural e afetivo. O deslocamento compulsório, ainda que acompanhado de compensações econômicas, não substitui o enraizamento construído historicamente. A tentativa de “reterritorialização” em espaços urbanos periféricos ou assentamentos planejados desconsidera a complexidade dos modos de vida tradicionais, rompendo redes de solidariedade e de reprodução sociocultural.

Além disso, o não reconhecimento da coletividade como sujeito específico dificulta o acesso a políticas públicas diferenciadas e impede a atuação de mecanismos de justiça ambiental. Sem o reconhecimento jurídico, essas comunidades permanecem vulneráveis à repetição dos mesmos processos de violação.

O Direito ao território, nesse sentido, deve ser compreendido não apenas como posse física da terra, mas como direito à permanência cultural, à autodeterminação e à continuidade histórica. Trata-se de um direito coletivo, relacional e intercultural, cuja efetividade exige o rompimento com as categorias jurídicas ocidentais fixadas em individualismo, propriedade e exploração.

Assim, o reconhecimento das comunidades ribeirinhas enquanto sujeitos de direito — e do território enquanto espaço vivo e relacional — constitui não apenas uma reparação histórica, mas uma condição para a reconstrução de um Direito plural, que acolha os sentidos de justiça oriundos das epistemologias amazônicas e dos povos da floresta.



NATUREZA COMO SUJEITO DE DIREITOS E COSMOVISÕES AMAZÔNICAS

A crise ecológica global desafia as concepções tradicionais do Direito Ambiental centradas na tutela antropocêntrica da Natureza como recurso. Frente aos limites dessa racionalidade instrumental, tem emergido, a partir do Sul Global e em especial da América Latina, novas epistemologias jurídicas que propõem o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos, superando a cisão moderna entre sociedade e meio ambiente. Este movimento, que pode ser compreendido como parte de uma virada ontoepistêmica, dialoga diretamente com as cosmovisões dos povos amazônicos e suas concepções plurais de mundo, nas quais a Natureza é ente vivo, agente moral e relacional.

Inspirados na cosmovisão andina do *sumak kawsay* (bem viver), Equador e Bolívia constitucionalizaram os direitos da Natureza, reconhecendo sua dignidade intrínseca e sua capacidade de ser representada juridicamente (Acosta, 2012). Ainda que tais inovações não estejam formalizadas na Constituição brasileira, encontram eco em práticas e discursos de resistência das comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, como as ribeirinhas do Rio Madeira, que atribuem agência e sacralidade ao rio, às matas e aos ciclos naturais.

A implantação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau rompe com essa visão de mundo. O rio Madeira, concebido pelas comunidades beiradeiras como ente vivo, foi transformado em infraestrutura energética, canalizado e represado, perdendo sua fluidez e alterando drasticamente o ecossistema e as relações socioespirituais que com ele se constituíam. A transformação do rio em “objeto de exploração” não representa apenas um impacto ambiental, mas um ataque ontológico à própria existência de um mundo relacional, que compreende a água, os peixes, as margens e os seres humanos como parte de uma mesma comunidade vital.

A esse respeito, Viveiros de Castro (2002) e Krenak (2022) apontam que os povos da floresta não distinguem entre natureza e sociedade nos moldes ocidentais: há uma continuidade entre humanos e não humanos, entre visível e invisível, entre o ser e o lugar. A perda do território e a alteração do curso do rio implicam também na perda de sentido e de conexão com o mundo, rompendo narrativas e práticas que sustentam as identidades coletivas. Como escreve Ailton Krenak, “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” — pois já está inscrito na memória da Terra e dos rios.

O reconhecimento jurídico da Natureza como sujeito de direitos, ainda incipiente no Brasil, poderia constituir uma via potente para a efetivação da justiça ecológica e para a proteção dos modos de vida tradicionais. Em julgados recentes, tribunais latino-americanos têm atribuído personalidade jurídica a rios e florestas, como o caso do rio Atrato, na Colômbia (Sentença T-622/2016), afirmando sua condição de sujeito coletivo e impondo ao Estado o dever de protegê-lo como bem comum. No Brasil, decisões judiciais e propostas legislativas caminham timidamente nesta direção, sinalizando uma abertura epistemológica ainda em construção.



No entanto, não se trata apenas de importar figuras jurídicas de outros ordenamentos, mas de escutar os saberes ancestrais, as práticas de convivência e os direitos originários dos povos que habitam a Amazônia. A ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010) aponta para a necessidade de reconhecer a legitimidade de múltiplas racionalidades, articulando ciência, tradição, experiência e espiritualidade em um novo paradigma jurídico e político.

A partir dessa perspectiva, a luta das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira não é apenas por compensações materiais ou por inclusão em políticas públicas, mas por reconhecimento pleno de sua existência relacional com a Natureza. Trata-se de uma luta por um outro Direito — um Direito que seja capaz de compreender o rio como parente, o território como corpo e a floresta como ancestral.

Reconhecer a Natureza como sujeito de direitos, nesse contexto, significa também reconhecer os povos da floresta como seus defensores originários, cujos saberes e modos de vida são centrais para a preservação do bem comum planetário. Significa, ainda, repensar a própria gramática do Direito, rompendo com a pretensão de neutralidade e universalidade que historicamente legitimou a exclusão de vozes e mundos diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso das comunidades ribeirinhas afetadas pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira escancara as limitações de um modelo de desenvolvimento que se ancora na racionalidade técnica, econômica e colonial, reproduzindo violências históricas por meio de discursos de progresso e modernidade. A negação do reconhecimento dessas comunidades como sujeitos coletivos de direito, bem como a recusa em considerar a Natureza como ente vivo e sagrado, não são desvios pontuais, mas expressões de uma estrutura jurídica e institucional que ainda opera sob os marcos do monoculturalismo estatal e epistemológico.

A análise empreendida ao longo deste artigo evidencia que a colonialidade energética opera como um dispositivo de ocultamento de sujeitos e saberes, de despolitização das decisões ambientais e de desterritorialização de comunidades que têm no território sua razão de ser. Essa lógica compromete tanto os direitos humanos quanto os direitos da Natureza, demandando a superação das formas tradicionais de regulação jurídica e a construção de um Direito pluriverso, capaz de dialogar com múltiplas ontologias, cosmologias e epistemologias.

Reconhecer as comunidades beiradeiras do Rio Madeira como sujeitos coletivos não se trata apenas de inclusão normativa, mas de efetivar o direito ao território, à memória, à identidade e ao modo de vida. Isso implica romper com a concepção liberal-individualista do sujeito de direito e acolher formas de existência que se expressam na coletividade, na oralidade, na ancestralidade e na circularidade das relações com a Natureza. Implica, também, resgatar o papel do Direito como ferramenta de justiça, e não apenas de regulação.

Da mesma forma, reconhecer a Natureza como sujeito de direitos não se reduz à adoção formal de figuras jurídicas inovadoras. Trata-se de reposicionar a Natureza como parte integrante da comunidade política, atribuindo-lhe dignidade e centralidade nas decisões que afetam o equilíbrio ecológico e os modos de vida que dele dependem. Esse reconhecimento exige, como visto, uma abertura ontoepistêmica radical, que valorize os saberes indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses como fontes legítimas de produção de Direito e de proteção dos bens comuns.

A construção de uma justiça socioambiental verdadeira passa, portanto, por escutar os territórios, os rios, as florestas e os povos que ali habitam. Passa por reencantar o Direito, abrindo-se a uma ecologia de saberes e práticas jurídicas que devolva à Amazônia sua centralidade política, ecológica e espiritual.

Em tempos de colapso climático, de esgotamento dos modelos de desenvolvimento e de fortalecimento das lutas por justiça territorial, este artigo se alinha aos esforços de reimaginar o Direito como campo de resistência e de cuidado — com a Terra e com os que dela vivem. A experiência das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira é expressão dessa luta. Seus corpos e territórios são testemunhos vivos de que outras formas de vida são possíveis, e de que outro Direito é necessário.

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza. Doutora em Ciências Jurídicas (Univali - 2023), Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (Unir - 2019), Juíza de direito do Tribunal de Justiça de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. Disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br/produto/o-bem-viver/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ALIMONDA, Héctor (org.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2006.

GUDYNAS, Eduardo. Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales. **Revista Pueblos**, n. 40, 2010. Disponível em: <https://www.revistapueblos.org>. Acesso em: 28 mar. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc>. Acesso em: 28 mar. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 111-138, 2002.



AMAZÔNIA EM RISCO: REFLEXÕES PARA UMA SOCIEDADE DE CUIDADO DA VIDA

AMAZON AT RISK: REFLECTIONS FOR A LIFE CARE SOCIETY

AMAZONÍA EN RIESGO: REFLEXIONES PARA UNA SOCIEDAD DEL CUIDADO DE LA VIDA

Davi Souza Cruz Emerick¹

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto²

RESUMO

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, enfrenta uma crise que reflete os desafios da sociedade de risco, conceito desenvolvido por Ulrich Beck. Este artigo explora três frentes essenciais para superar essa crise: reparação dos danos causados, co-criação com a Natureza e fortalecimento da cultura e identidade do cuidado. Sugere-se a possibilidade de transicionarmos de uma sociedade de risco para uma sociedade do cuidado da vida, caso essas frentes sejam seriamente implementadas por todos. Essa transição não é uma necessidade, é a última chance que temos para redefinirmos nossa relação com o planeta e uns com os outros, pois a vida, como conhecemos, depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da Terra. A Amazônia emerge não apenas como um ecossistema em perigo, mas como um chamado para repensarmos nossa relação com a Natureza e construirmos um futuro mais justo e sustentável.

Palavras-chave: sociedade de risco; Amazônia; direitos da Natureza; sociedade do cuidado; cuidado.

¹ Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON). E-mail: emerick_daviadv@outlook.com

² Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: leandro.missiatto@unir.br



ABSTRACT

The Amazon, the largest tropical forest in the world, is facing a crisis that reflects the challenges of the risk society, a concept developed by Ulrich Beck. This article explores three essential fronts to overcome this crisis: repairing the damage caused, co-creation with Nature and strengthening the culture and identity of care. It is suggested that we can transition from a risk society to a life-care society, if these fronts are seriously implemented by everyone. This transition is not a necessity, it is the last chance we have to redefine our relationship with the planet and with each other, as life, as we know it, depends on our ability to assume our responsibility as guardians of the Earth. The Amazon emerges not only as an ecosystem in danger, but as a call to rethink our relationship with Nature and build a fairer and more sustainable future.

Keywords: risk society; Amazon; rights of Nature; care society; careful.

RESUMEN

La Amazonía, la mayor selva tropical del mundo, enfrenta una crisis que refleja los desafíos de la sociedad del riesgo, concepto desarrollado por Ulrich Beck. Este artículo explora tres frentes esenciales para superar esta crisis: la reparación de los daños causados, la co-creación con la Naturaleza y el fortalecimiento de la cultura e identidad del cuidado. Se sugiere la posibilidad de que transitemos de una sociedad del riesgo a una sociedad del cuidado de la vida, en caso de que estos frentes sean implementados seriamente por todos. Esta transición no es una necesidad, es la última oportunidad que tenemos para redefinir nuestra relación con el planeta y entre nosotros, ya que la vida, tal como la conocemos, depende de nuestra capacidad de asumir nuestra responsabilidad como guardianes de la Tierra. La Amazonía emerge no solo como un ecosistema en peligro, sino como un llamado a repensar nuestra relación con la Naturaleza y construir un futuro más justo y sostenible.

Palabras clave: sociedad del riesgo; Amazonía; derechos de la Naturaleza; sociedad del cuidado; cuidado.

INTRODUÇÃO

Estamos imersos em um paradoxo que desafia nossa compreensão de progresso e humanidade. A mesma ciência que nos libertou de doenças e encurtou distâncias agora nos confronta com um cenário de incertezas climáticas e ecológicas. Ulrich Beck (2011), em sua teoria da sociedade de risco, nos alerta que a busca desenfreada por desenvolvimento e riqueza gera, inevitavelmente, riscos globais que transcendem fronteiras e gerações. Esses riscos, antes invisíveis ou minimizados, hoje se materializam de forma dramática: tempestades cada vez mais intensas, secas prolongadas, incêndios florestais devastadores e a lenta, porém implacável, erosão da biodiversidade.

Para tanto, a sociedade de risco é aquela em que o próprio progresso se torna uma ameaça, onde as consequências das ações, muitas vezes irreversíveis, recaem sobre o planeta e as futuras gerações, humanas e não humanas (Beck, 2011). Hoje, no centro dessa sociedade de risco está a Amazônia, como um grande espelho de nossa relação descuidada com a Natureza, refletindo o colapso ambiental que se entrelaça com injustiças sociais e dilemas éticos, convocando-nos a repensar nossos valores e escolhas.

Ao escrevermos aqui Natureza como um nome próprio, reconhecemos sua importância não apenas como um conjunto de recursos, mas como um sujeito de direitos. Essa concepção implica que a Natureza, enquanto entidade viva, possui um valor intrínseco e merece proteção legal e respeito ético (Oliveira, 2021). Ao atribuir à Natureza o status de um sujeito de direitos, estamos afirmando que suas forças vitais, ecossistemas e a interconexão entre seres vivos têm um papel fundamental na manutenção da vida e do bem-estar humano (Gudynas, 2020). Isso nos leva a reavaliar nosso papel como cuidadores, em vez de exploradores, promovendo uma relação mais harmoniosa e sustentável com o mundo natural. Portanto, a proteção da Natureza não é apenas uma questão de preservação ambiental, mas um imperativo ético que reflete um compromisso com a justiça intergeracional e a solidariedade entre todos os seres que compartilham este planeta.

Nesse sentido, a Amazônia não é apenas uma floresta, é um organismo vivo, uma teia complexa de interdependências que sustenta não apenas espécies, mas culturas, tradições e modos de existência. No entanto, ela está sendo transformada em um campo de batalha



onde interesses econômicos e a sobrevivência do planeta se confrontam (Salles, 2022). Em 2024, o rio Madeira, majestoso em sua abundância de água, sofreu com uma de suas piores secas (Nestlehner, 2024); enquanto isso, no mesmo ano, mais de 11 mil pessoas foram deslocadas de suas casas devido à inundação causada pelo Rio Acre/AC, sem mencionar a grande quantidade de espécies de animais que também foram impactadas (Monteiro; Menezes, 2024). Esses fenômenos, antes exceções, agora são parte de um cotidiano que normaliza o anormal. E nesse cenário, as vozes mais afetadas – indígenas, ribeirinhos, populações tradicionais – são frequentemente silenciadas, suas lutas reduzidas a números em relatórios ou a disputas jurídicas.

O que antes era visto como um problema de ecologistas e ambientalistas, passou a ser uma demanda que cresce no judiciário brasileiro. Isso, porque, o desmatamento na Amazônia não é um ato isolado, é um sintoma de um sistema que prioriza o lucro imediato em detrimento do futuro coletivo, afetando duramente às possibilidades da manutenção da vida na Terra (Marques, 2023). A pecuária, a agricultura extensiva e o garimpo são atividades que geram riqueza para poucos, mas deixam um rastro de destruição que afeta a todos (Salles, 2022). E enquanto o Código Florestal (Brasil, 2012) tenta, em teoria, equilibrar interesses, sua aplicação é falha, permeada por brechas que permitem a impunidade e a continuidade da degradação. Assim, a lei, que deveria ser um instrumento de justiça, torna-se, muitas vezes, cúmplice da injustiça.

Neste artigo buscamos explorar três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia: *a reparação dos danos causados, a co-criação com a Natureza e o fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida*. O objetivo é de que estas reflexões colaborem com as discussões a cerca de respostas para um futuro possível para a Amazônia e a vida na Terra, como a conhecemos.

RUMO A UMA SOCIEDADE DE CUIDADO DA VIDA

Mas há esperança. A crise na Amazônia é também uma oportunidade para repensarmos nossas escolhas e valores. Como operadores do Direito, como cientistas, como cidadãos, somos convidados a transitar nesse terreno complexo, buscando soluções que harmonizem desenvolvimento e preservação. Precisamos reparar os danos causados à Natureza, efetivar os pagamentos por serviços ambientais, desenvolver cadeias de suprimento sustentáveis, fortalecer a economia circular de comunidades locais, essas são apenas algumas das possibilidades que podemos explorar. Mas, acima de tudo, precisamos de uma mudança de mentalidade, uma transição de uma cultura de exploração para uma cultura de cuidado. Nesse sentido, acreditamos haver três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia, sendo a *reparação, ação co-criadora com a Natureza e fortalecimento da cultura e identidades do cuidado da vida*.

Acreditamos que para enfrentar a crise ambiental de modo justo, é urgente o dano que foi feito à Natureza. Não basta olhar para frente e planejar um futuro sustentável sem que aqueles que foram vitimados — sejam comunidades tradicionais, povos indígenas, ou mesmo as incontáveis espécies de plantas e animais — tenham seus danos reparados. Esse é um valor poderoso presente na Justiça Restaurativa (JR).



A JR é um conceito que vai além da punição ou compensação financeira, trata-se de uma concepção diferente de justiça que busca restaurar vínculos e reparar os danos causados, priorizando a reconstrução de relações e a cura de feridas (Zehr, 2012). Hoje, se há algo que precisa ser urgentemente restaurado é a nossa relação com a terra, rios, florestas e com os demais seres com quem dividimos a casa-Terra. Por séculos, exploramos a Natureza de forma predatória, rompendo os laços de equilíbrio e respeito que deveriam nos unir ao meio ambiente (Acosta, 2016). A Justiça Restaurativa, nesse sentido, convida-nos a reconhecer os danos causados, assumir responsabilidade e buscar ativamente a reparação. Isso significa restabelecer a conexão com a Natureza, não apenas através de ações práticas como reflorestamento e recuperação de ecossistemas, mas também por meio de uma mudança cultural e espiritual. Devemos aprender a ouvir a voz da terra, honrar seus ciclos e reconhecer que somos parte integrante dela, não seus donos (Krenak, 2020). A restauração desses vínculos é fundamental para construir um futuro em que a humanidade e a Natureza coexistam em harmonia, respeitando os direitos de todos os seres vivos.

A JR, assim como os saberes ancestrais de povos e comunidades tradicionais, nos ensina que a verdadeira reconciliação começa com o reconhecimento do erro e a restauração do que foi perdido. Ferimos a terra, poluímos os rios, devastamos as florestas e, com isso, machucamos seus filhos e filhas. Milhões de espécies foram atingidas, e ecossistemas inteiros foram desequilibrados. Reparar é um ato de responsabilidade e respeito. Isso pode ser feito por meio da restauração florestal, como o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas, a revitalização de bacias hidrográficas contaminadas, e a criação de corredores ecológicos que reconectem habitats fragmentados. Mas é preciso para além disso, é essencial indenizar e apoiar as comunidades afetadas, garantindo que tenham acesso a recursos, terras e meios de subsistência sustentáveis; descolonizar nossa matriz de aprendizagens e saberes, dando evidência aos saberes de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades que historicamente vivem em respeito com a Natureza; e, sobretudo, reconstruir nosso sistema de justiça para que ele atue em perspectiva da Natureza como sujeito de direitos. Reparar é mais que um dever, é um compromisso ético com a vida e com as gerações futuras.

A segunda frente de ação para superação da crise ecológica imposta pela sociedade de risco, é avançarmos relação de *ação co-criadora com a Natureza*. Entendemos como ação co-criadora, uma mudança radical na forma como nos relacionamos com a Natureza, saindo de uma lógica de dominação e exploração para uma de parceria, harmonia e promoção da vida. Não se trata mais de enxergar a terra, a água e as florestas como recursos a serem extraídos e consumidos, mas de assumir o papel que a própria evolução de nossa espécie nos legou: guardiões da vida planetária (Jonas, 2007). Somos parte integrante de um sistema complexo e interdependente, e nossa missão é garantir a manutenção e o florescimento desse sistema. Isso implica produzir ciências, tecnologias e políticas que tenham como foco central a sustentação da vida, em vez do lucro imediato ou do crescimento desenfreado.

A co-criação com a Natureza é uma resposta urgente aos desafios impostos pela sociedade de risco, onde a busca por desenvolvimento econômico gerou riscos globais que ameaçam a sobrevivência da própria humanidade. Ulrich Beck (2011) já alertava que os riscos modernos são globais, invisíveis e democráticos, mas a verdade é que seus impactos são sentidos de forma desigual. Enquanto as elites podem se proteger dos efeitos mais severos das mudanças climáticas, as populações mais vulneráveis – como os povos indígenas e as comunidades tradicionais da Amazônia – são as primeiras a sofrer as consequências (Acselrad, 2011).

A co-criação propõe uma reconciliação com a Natureza, onde os direitos dos ecossistemas e das comunidades que dependem deles sejam respeitados e protegidos.

Um exemplo claro de como a co-criação pode ser ignorada é o projeto político de extração de petróleo na foz do rio Amazonas. Apesar do posicionamento do atual governo Lula de que não haverá impactos significativos no ecossistema (Mazui, 2025), essa visão é um autoengano. A extração de combustíveis fósseis, como o petróleo, uma das principais causas do aquecimento global (Shirts, 2023), além de representar riscos imensos para a biodiversidade e as comunidades locais. Vazamentos de óleo, contaminação de rios e a destruição de habitats marinhos são apenas alguns dos danos irreversíveis que podem ocorrer. A ação de co-criação, por outro lado, caminha na direção oposta: propõe a transição para energias renováveis, o investimento em tecnologias limpas e a proteção integral de ecossistemas vitais como a Amazônia. Em vez de apostar em fontes de energia obsoletas e poluentes, devemos investir em soluções que promovam a regeneração ecológica e a justiça climática.

Outro exemplo prático de co-criação é o uso inteligente e sustentável das terras já desmatadas. Na Amazônia, milhões de hectares de floresta foram destruídos para dar lugar à pecuária, à agricultura extensiva e ao garimpo (Salles, 2022). Em vez de avançar sobre novas áreas de floresta, podemos reutilizar áreas degradadas para práticas agrícolas regenerativas, agroflorestas e sistemas de produção que restauram o solo e a biodiversidade (Santos; Pereira; Veríssimo, 2013). A agrofloresta, por exemplo, combina o cultivo de alimentos com a preservação da floresta, criando um sistema produtivo que imita a Natureza e gera benefícios tanto para os produtores quanto para o meio ambiente (Steebock, 2023). Além disso, a restauração de áreas desmatadas pode ser uma fonte de emprego e renda para as comunidades locais, alinhando desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

A co-criação com a Natureza também exige uma mudança profunda em nossa visão de progresso e desenvolvimento. Não se trata de dominar ou controlar o meio ambiente, mas de trabalhar em harmonia com ele, reconhecendo que somos parte de um todo maior. Isso envolve a valorização dos saberes tradicionais, como o conhecimento indígena sobre a floresta, e a integração desses saberes com as tecnologias modernas. A ciência e a inovação têm um papel crucial nesse processo, mas precisam ser guiadas por uma ética que priorize a manutenção da vida e a equidade socioambiental.



A crise ecológica não será superada com mais exploração ou com soluções superficiais. Ela exige uma transformação cultural e sistêmica, onde passemos de uma sociedade de risco para uma sociedade de cuidado e co-criação. Isso significa repensar nossos modelos de produção e consumo, fortalecer a governança ambiental e garantir que as decisões políticas sejam tomadas com base no bem-estar coletivo e na proteção dos ecossistemas (Wera, 2024). A Amazônia, como símbolo da biodiversidade e da resistência, é um chamado para essa mudança. Não podemos mais adiar essa transição. O futuro da humanidade e do planeta depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da vida, não apenas para as gerações presentes, mas para todas as formas de vida que compartilham este planeta conosco (Krenak, 2020). A co-criação com a Natureza não é uma opção, é uma necessidade urgente e um compromisso ético com o presente e o futuro.

Já a terceira frente prioritária para a proteção da Amazônia é o *fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida*. Essa dimensão é fundamental para transicionarmos de uma sociedade de risco, marcada pela exploração e pela produção de ameaças globais, para uma sociedade do cuidado da vida, onde a empatia, a solidariedade e a responsabilidade coletiva sejam os pilares que guiam nossas ações. Enquanto a sociedade de risco prioriza o lucro e o crescimento a qualquer custo (Beck, 2011), a sociedade do cuidado propõe uma mudança de paradigma, onde o bem-estar de todos os seres vivos e a saúde dos ecossistemas sejam colocados no centro das decisões humanas.

Um dos caminhos para essa transição é a educação, pois as escolas têm um papel crucial ao ensinar valores de cooperação, solidariedade e respeito à Natureza desde a infância (Brasil, 1996). Imagine um currículo que não apenas transmita conhecimentos científicos, mas também cultive a consciência ecológica e a empatia. Crianças aprendendo a cuidar de hortas comunitárias, a valorizar os saberes tradicionais dos povos indígenas e a compreender que a riqueza de um país não se mede apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas pela sua capacidade de proteger a vida e promover a justiça socioambiental. Essas práticas educativas podem formar gerações que vejam a Natureza não como um recurso a ser explorado, mas como um parceiro a ser cuidado.



A riqueza dos países, nessa nova perspectiva, seria avaliada por sua capacidade empática e compassiva. Em vez de competir por índices de crescimento econômico, as nações poderiam ser medidas por sua habilidade de preservar ecossistemas, garantir direitos da vida, direitos básicos de humanos e não humanos, e promover a equidade socioecológica. Um exemplo disso seria o reconhecimento internacional de países que investem em políticas de reparação ambiental, proteção dos direitos indígenas e inclusão das comunidades tradicionais no processo decisório.

Para que essa realidade aconteça é crucial fortalecer as redes de cuidado que já existem e se manifestam na vida daqueles que resistem às dominações. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são guardiões de saberes ancestrais que há milênios promovem a harmonia entre humanos e Natureza (Santos, 2023). Suas práticas de manejo sustentável, seus rituais de conexão com a terra e sua luta pela preservação dos territórios são exemplos vivos de uma cultura do cuidado (Ferdinand, 2022). Fortalecer essas redes significa apoiar políticas que garantam a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento dos direitos quilombolas e a valorização dos modos de vida tradicionais. Significa também criar espaços de diálogo onde esses saberes possam ser compartilhados e integrados às políticas públicas e às práticas educacionais.

Assim, a transição para uma *sociedade do cuidado da vida* também envolve a mobilização coletiva. Movimentos sociais, organizações não governamentais, comunidades locais e indivíduos podem se unir em torno de causas comuns, como a proteção da Amazônia, a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça climática. Essas redes de cuidado não precisam ser criadas, já estão em ação, mas precisam ser disseminadas, para tanto, é necessário investimento em recursos e apoio institucional para ampliar seu impacto.

A Amazônia, como símbolo da resistência e da diversidade, nos convoca a essa mudança. Ela não é apenas um território a ser protegido, mas um modelo de como podemos viver em harmonia com a Natureza. Ao fortalecer a cultura e a identidade do cuidado, estamos não apenas preservando a floresta, mas também construindo um futuro onde a vida, em todas as suas formas, seja valorizada e protegida. Esse é o caminho para superar a sociedade de risco e abraçar uma nova era de responsabilidade, empatia e coexistência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia não é apenas uma floresta, é um espelho que reflete as escolhas da humanidade. Ela nos confronta com as consequências da sociedade de risco, onde o progresso desenfreado gerou crises climáticas, injustiças sociais e a erosão da biodiversidade. Mas, ao mesmo tempo, ela nos oferece um caminho de esperança: a possibilidade de transicionar para uma sociedade do cuidado da vida, onde a empatia, a solidariedade e a responsabilidade coletiva guiem nossas ações.

Este artigo buscou explorar três frentes prioritárias para a proteção da Amazônia: a reparação dos danos causados, a co-criação com a Natureza e o fortalecimento da cultura e identidade do cuidado da vida. Cada uma dessas frentes é essencial para superar os desafios atuais e construir um futuro sustentável. Reparar é um ato de justiça e responsabilidade; co-criar é um convite à harmonia e à inovação; e fortalecer a cultura do cuidado da vida é a retomada de valores e práticas ancestrais que promovem formas justas de relacionamento com a vida.

A Amazônia, com sua imensa diversidade biológica e cultural, nos ensina que a verdadeira riqueza não está na exploração de “recursos”, mas na capacidade de proteger e regenerar a vida. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são exemplos vivos dessa ética do cuidado da vida, mostrando que é possível viver em equilíbrio com a Natureza. Suas lutas e saberes devem ser reconhecidos, valorizados e integrados às políticas públicas e às práticas educacionais.

No entanto, a proteção da Amazônia não é uma tarefa apenas para os governos ou para as comunidades locais. É uma responsabilidade coletiva. Como cidadãos, podemos apoiar iniciativas sustentáveis, pressionar por políticas ambientais mais rigorosas e repensar nossos hábitos de consumo. Como educadores, podemos ensinar as novas gerações a valorizar a Natureza e a praticar a empatia. Como cientistas e tecnólogos, podemos desenvolver soluções inovadoras que promovam a reparação ecológica e a justiça climática.

Este é um momento decisivo. As escolhas que fizermos hoje ecoarão por gerações. A Amazônia clama por nós, não apenas como um bioma a ser preservado, mas como um símbolo da resistência e da resiliência da vida. Ela nos convida a abandonar a lógica da exploração e a abraçar a ética do cuidado da vida. A transição para uma sociedade do cuidado da vida não é uma necessidade, é a última chance que temos para redefinirmos nossa relação com o planeta e uns com os outros, pois a vida, como conhecemos, depende da nossa capacidade de assumir nossa responsabilidade como guardiões da Terra. Cuidar da Amazônia é cuidar de nós mesmos, das gerações futuras e de todas as formas de vida que compartilham este planeta conosco. O tempo de agir é agora.



Davi Souza Cruz Emerick. Graduado em Direito pela UNESC- Faculdades Integradas de Cacoal em 2021, Pós graduado em Direito Tributário pelo IBMEC em 2022, Pós graduado em Direito Médico pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA em 2024, Pós-graduando em Direito para a Carreira da Magistratura pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia EMERON em 2025.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto. Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com conclusão em 2017, e graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed) em 2012. Analista Processual na Especialidade de Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO). Membro da equipe de especialistas do Programa Harmony With Nature das Nações Unidas (ONU). Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. São Paulo: Garamond, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 31 mar. 2025.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

JONAS, Hans. **Princípio responsabilidade: ensaio de ética para a civilização tecnológica**. São Paulo: Contraponto, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Nova ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MAZUI, Guilherme. Lula diz que não fará 'loucura ambiental', mas frisa que 'ninguém pode proibir' pesquisa sobre petróleo na Foz do Amazonas. **G1**, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/13/lula-diz-que-nao-fara-loucura-ambiental-mas-pondera-que-ninguem-pode-proibir-pesquisa-sobre-petroleo-na-foz-do-amazonas.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MONTEIRO, Hellen; MENEZES, Renato. Mais de 11 mil pessoas estão fora de casa por enchente no AC e governo federal reconhece emergência. **G1 AC**, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/26/mais-de-11-mil-pessoas-sao-afetadas-por-enchente-no-ac-e-governo-federal-reconhece-situacao-de-emergencia.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2025.

NESTLEHNER, Catarina. Porto de Porto Velho paralisa operações devido à seca no Rio Madeira. **CNN** Brasil, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porto-de-porto-velho-paralisa-operacoes-devido-a-seca-no-rio-madeira/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, Vanessa Hasson. **Direitos da Natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

SALLES, João Moreira. **Arrabalde: em busca da Amazônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Daniel; PEREIRA, Denys; VERÍSSIMO, Adalberto. **O estado da Amazônia: o uso da terra**. Belém: Imazon, 2013.

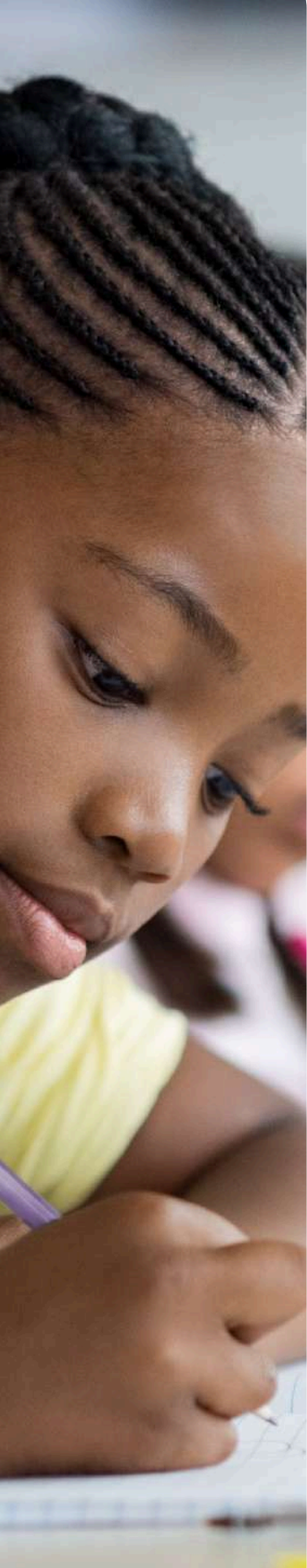
SHIRTS, Matthew. **Emergência climática: o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor**. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

STEENBOCK, Walter. **Agrofloresta: aprendendo a cultivar com a natureza**. São Paulo: Bambual Editora, 2023.

WERÁ, Kaká. **Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver**. São Paulo: BestSeller, 2024.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012.





A DESIGUALDADE RACIAL E O IMPACTO SÓCIO EMOCIONAL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RACIAL INEQUALITY AND THE SOCIO-EMOTIONAL IMPACT ON THE LEARNING OF CHILDREN AND ADOLESCENTS

LA DESIGUALDAD RACIAL Y EL IMPACTO SOCIOEMOCIONAL EN EL APRENDIZAJE DE NIÑOS(AS) Y ADOLESCENTES

Daiane Ferreira da Costa¹

Émerson Ribeiro Jardim²

RESUMO

A desigualdade racial e de classe na educação brasileira é um problema persistente que impacta significativamente as crianças negras em escolas públicas. Este estudo busca compreender os desafios enfrentados por essas crianças e as formas de resiliência desenvolvidas por elas no ambiente escolar. A discriminação racial e as barreiras socioeconômicas são fatores que contribuem para a reprodução de desigualdades educacionais, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização. A análise explora como fatores relacionados à discriminação racial, estigmatização e acesso desigual a recursos educacionais podem afetar o desenvolvimento emocional, cognitivo e social desses jovens. A pesquisa também investiga como o ambiente escolar pode tanto contribuir para a perpetuação dessas desigualdades quanto atuar como um espaço de resistência e acolhimento. Ao refletir sobre as implicações da desigualdade racial para a saúde mental e o desempenho acadêmico, o artigo busca evidenciar a importância de práticas pedagógicas inclusivas e do fortalecimento do suporte emocional para crianças e adolescentes negros, promovendo uma abordagem educacional mais justa e equitativa.

Palavras-chave: desigualdade racial; aprendizagem; impactos sócio emocional.

1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: daianefcosta432@gmail.com

2 Faculdade Estácio de Pimenta Bueno. E-mail: ribeiroemerson92@gmail.com



ABSTRACT

Racial and class inequality in Brazilian education is a persistent problem that significantly impacts Black children in public schools. This study seeks to understand the challenges faced by these children and the forms of resilience they develop within the school environment. Racial discrimination and socioeconomic barriers are factors that contribute to the reproduction of educational inequalities, perpetuating cycles of exclusion and marginalization. The analysis explores how factors related to racial discrimination, stigmatization, and unequal access to educational resources can affect the emotional, cognitive, and social development of these young people. The research also investigates how the school environment can both contribute to the perpetuation of these inequalities and serve as a space for resistance and support. By reflecting on the implications of racial inequality for mental health and academic performance, the article aims to highlight the importance of inclusive pedagogical practices and the strengthening of emotional support for Black children and adolescents, promoting a fairer and more equitable educational approach.

Keywords: racial inequality; learning; socio-emotional impacts

RESUMEN

La desigualdad racial y de clase en la educación brasileña es un problema persistente que impacta significativamente a los(as) niños(as) negros(as) en las escuelas públicas. Este estudio busca comprender los desafíos que enfrentan estos(as) niños(as) y las formas de resiliencia que desarrollan en el entorno escolar. La discriminación racial y las barreras socioeconómicas son factores que contribuyen a la reproducción de desigualdades educativas, perpetuando ciclos de exclusión y marginación. El análisis explora cómo los factores relacionados con la discriminación racial, la estigmatización y el acceso desigual a los recursos educativos pueden afectar el desarrollo emocional, cognitivo y social de estos(as) jóvenes. La investigación también investiga cómo el entorno escolar puede tanto contribuir a la perpetuación de estas desigualdades como actuar como un espacio de resistencia y acogida. Al reflexionar sobre las implicaciones de la desigualdad racial para la salud mental y el rendimiento académico, el artículo busca evidenciar la importancia de prácticas pedagógicas inclusivas y el fortalecimiento del apoyo emocional para niños(as) y adolescentes negros(as), promoviendo un enfoque educativo más justo y equitativo.

Palabras clave: desigualdad racial; aprendizaje; impactos socioemocionales

INTRODUÇÃO

Crianças negras em escolas públicas frequentemente enfrentam discriminação, falta de recursos adequados e apoio insuficiente, o que perpetua um ciclo de desvantagem e exclusão. Segundo Silva (2019), "a discriminação racial afeta a autoestima e o desenvolvimento psicológico das crianças negras, limitando suas oportunidades e perspectivas futuras". Abordar essas questões é essencial para promover a equidade e a justiça social, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A desigualdade racial e de classe na educação brasileira constitui um problema estrutural e persistente, cujos efeitos são especialmente sentidos por crianças negras nas escolas públicas. Nesse contexto, destaca-se a importância do papel do psicólogo escolar na promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Um dos maiores e mais complexos desafios que a Educação brasileira enfrenta é a desigualdade étnico-racial que, no Brasil, é um fator organizador das diversas esferas da vida social e que atravessa, também, a produção e implementação das políticas públicas. Para Gomes (2023) existe uma complexa relação entre educação e identidade negra, ao passo que ambos os processos estão imbricados e moldados pelos contextos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Segundo Gomes (2010,pag.24):

É importante destacar que, nesse sentido, as raças são compreendidas como construções sociais, políticas e culturais produzidas no contexto das relações de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza.¹ É na cultura e na vida social que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver as pessoas como negras e brancas e, por conseguinte, a classificá-las e a perceber suas diferenças no contato social, na forma como somos educados e socializados, a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto, aprendemos a hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual.



A literatura sobre o tema destaca que a escola, enquanto instituição social, frequentemente reflete e reforça as desigualdades presentes na sociedade. Segundo Lima (2019), as desigualdades educacionais no Brasil são um reflexo direto das desigualdades sociais e econômicas, sendo particularmente severas para a população negra. A segregação racial no ambiente escolar não é apenas uma questão de acesso, mas também de qualidade do ensino oferecido, infraestrutura, e tratamento diferenciado dos alunos.

Estudos recentes indicam que a discriminação racial no ambiente escolar pode se manifestar de diversas formas, desde práticas pedagógicas excludentes até a falta de representatividade no currículo escolar. Souza e Almeida (2020) apontam que “as práticas pedagógicas muitas vezes não consideram a diversidade cultural dos alunos, o que contribui para a alienação e desmotivação das crianças negras”. Além disso, a ausência de figuras negras em materiais didáticos e na equipe docente reforça a invisibilidade e a desvalorização das identidades negras.

A investigação visa não apenas compreender os desafios enfrentados pelas crianças negras, mas também destacar as práticas e políticas que podem inspirar mudanças significativas no sistema educacional. A formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes beneficia toda a sociedade, preparando-os para enfrentar e superar as desigualdades estruturais.

No campo da psicologia da aprendizagem, teorias como o sócio-construtivismo de Vigotsky oferecem um olhar essencial sobre o papel do ambiente e da interação social no desenvolvimento da criança. Segundo Vigotsky (1988), a aprendizagem é um resultado adaptativo de natureza social, histórica e cultural. O referencial sócio-construtivista situa a educação e a escola como agentes fundamentais no desenvolvimento dos indivíduos, e o professor como planejador, observador e promotor desse processo. A aprendizagem pode ser entendida como a aquisição de novos conhecimentos, cujo resultado é a modificação do comportamento (Brandão, 1995 *apud* Cruz *et al.*).





Por outro lado, a teoria do condicionamento operante de Skinner, enfatiza que o reforço e as contingências são primordiais no processo de aprendizagem. Logo, o ensino se torna efetivo quando as contingências de reforço são aplicadas dentro do que precisa ser ensinado. A função do professor é ampliar a probabilidade de que o aluno apresente o comportamento desejado através da aplicação das contingências (Borges *et al.*, 2020). O docente deve estabelecer um objetivo geral a ser alcançado através de estímulos que eliciarão diversas respostas. A função do professor nesse cenário está ligada a escolha de uma contingência de reforço favorável, pois de acordo com Moreira e Medeiros (2007) aprendemos a partir do momento em que aquilo que desenvolvemos gera consequências reforçadoras (Borges *et al.*, 2020).

A análise da desigualdade racial nas escolas é urgente, pois esse problema não apenas impacta o desenvolvimento acadêmico das crianças e adolescentes negras, mas também afeta sua saúde mental, autoestima e percepção de pertencimento. Estudar o impacto da discriminação racial no ambiente escolar permite identificar os mecanismos de exclusão e, consequentemente, contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva. O papel do psicólogo escolar é crucial nesse contexto, pois ele pode atuar como facilitador de processos que garantam o acolhimento e a valorização da identidade racial do aluno.

Deste modo, o objetivo deste artigo é analisar como a desigualdade racial influencia o desenvolvimento socioemocional e na aprendizagem de crianças e adolescentes em escolas públicas, identificando desafios e estratégias para um ambiente educacional mais inclusivo.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de abordagem de revisão de literatura, que englobou estudos sobre a desigualdade racial na educação, os efeitos socioemocionais dessa desigualdade na aprendizagem, e as práticas pedagógicas inclusivas. A revisão incluiu tanto a análise de teorias psicológicas, como as de Vygotsky e Skinner, quanto a avaliação de políticas públicas que buscam promover a igualdade racial nas escolas.

A pesquisa foi conduzida a partir da análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados em bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores como “desigualdade racial na educação”, “impacto da discriminação racial na aprendizagem”, “educação inclusiva”, “identidade racial” e “psicologia e desenvolvimento socioemocional de crianças negras”. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados nos últimos dez anos, pesquisas que abordam a relação entre desigualdade racial, desempenho acadêmico e desenvolvimento sócio emocional e artigos que tenham proposta de práticas inclusivas. Os critérios de exclusão foram: trabalhos que não abordavam a interseção entre raça e educação, e artigos que não contemplavam o período demarcado.

Esse estudo fundamenta-se em duas teorias educacionais que contribuem para compreender o impacto da desigualdade racial na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo elas: a teoria Socioconstrutivista de Vygotsky, que destaca a importância das interações sociais no aprendizado e a Teoria do Condicionamento Operante de Skinner, que enfatiza o papel do reforço no processo educacional. Dessa forma, a combinação dessas abordagens teórica e da análise da literatura, permite uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados, bem como também as possibilidades de intervenção pedagógica para construção de um ambiente mais equitativo.



RESULTADOS

O psicólogo nas relações étnico-raciais no contexto escolar

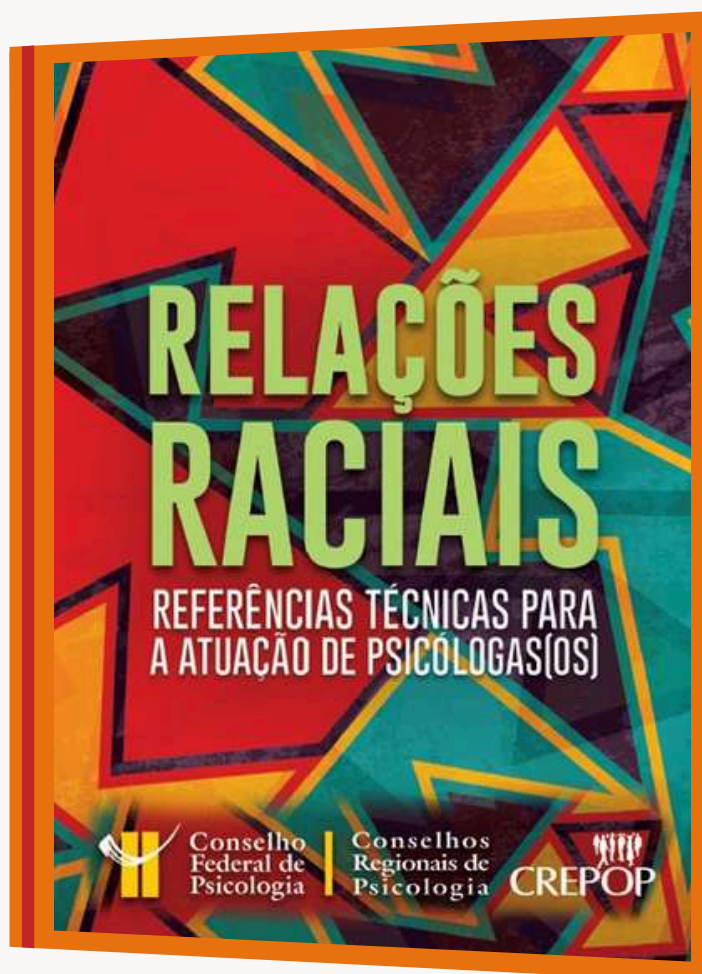
A atuação do psicólogo escolar é fundamental na promoção de uma educação inclusiva que valorize a diversidade étnico-racial. Em um ambiente educacional marcado por desafios relacionados ao preconceito racial e às desigualdades sociais, este profissional desempenha um papel crucial ao mediar o processo de construção identitária das crianças, especialmente no que diz respeito à sua identidade racial. Ao atuar nesse contexto, contribui para o desenvolvimento de uma aceitação da própria identidade racial, ao mesmo tempo em que ajuda a desconstruir estereótipos raciais presentes nas interações escolares.

A Resolução 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia, estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Diante disso, o psicólogo (a) deve promover ações que respeitem e valorizem a diversidade humana e cultural e comatam qualquer forma de discriminação, preconceito ou violência, especialmente no que tange às questões étnico-raciais.

Nesse sentido, a intervenção do psicólogo no ambiente escolar pode ajudar a prevenir e intervir em situações de racismo institucional e nas relações interpessoais entre alunos, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor e equitativo. Além disso, conforme destaca Martins (2015), o psicólogo tem a responsabilidade de promover uma “educação emancipatória” que ajude as crianças a compreenderem e se orgulharem de sua identidade racial, desenvolvendo estratégias para lidar com o racismo e a discriminação.

A construção de uma identidade racial é fundamental para a formação de crianças negras, pois, segundo Silva (2017), crianças que internalizam percepções negativas de sua raça tendem a desenvolver baixa autoestima e problemas emocionais que impactam negativamente seu desenvolvimento.

O psicólogo, ao promover atividades que exploram a identidade racial por meio da arte, discussões e reflexões sobre a cor da pele e as relações sociais, atua como mediador no fortalecimento da auto aceitação e da autoimagem das crianças negras. Ele não apenas auxilia na superação de barreiras emocionais impostas pelo racismo, mas também cria espaços de fala e escuta, onde as crianças podem expressar livremente suas vivências e percepções. Esse papel é especialmente importante em



contextos escolares que muitas vezes perpetuam práticas de discriminação velada ou explícita, como indica Coutinho (2018).

DISCUSSÃO

A discussão sobre a desigualdade racial e seu impacto socioemocional na aprendizagem de crianças e adolescentes pode ser enriquecida ao correlacionarmos as teorias de autores como Vigotsky (1988) , Borges (2022), Gomes (2023), Souza e Almeida (2020). Cada um desses teóricos contribui com perspectivas complementares para compreender como a desigualdade racial afeta não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção da identidade e do bem-estar emocional dos estudantes negros.

Vigotsky (1988) enfatiza que a aprendizagem é um processo mediado pelo contexto social e histórico. Nesse sentido, a interação das crianças negras com um ambiente educacional excludente pode limitar seu desenvolvimento cognitivo. A falta de representação positiva e a ausência de incentivo por parte dos professores e colegas podem impactar negativamente a zona de desenvolvimento proximal desses alunos, reduzindo suas oportunidades de crescimento acadêmico e pessoal.

A teoria do condicionamento operante, formulada por Skinner (*apud* Borges, 2022), destaca a importância do reforço positivo no processo de aprendizagem. O ambiente escolar, nesse contexto, pode atuar como reforçador tanto positivo quanto negativo. Quando crianças negras são submetidas a expectativas reduzidas e punições desproporcionais, tendem a internalizar essas experiências e apresentar comportamentos de evitamento, desmotivação e baixa autoestima. A ausência de reconhecimento por seus esforços contribui para o afastamento do processo educacional.

Gomes (2010) contribui com uma análise crítica da relação entre educação e identidade negra, ressaltando que o racismo estrutural impacta a forma como as crianças negras se percebem dentro do espaço escolar. O autor argumenta que as representações sociais sobre raça e desigualdade são historicamente construídas e se refletem nas experiências diárias dos alunos negros, influenciando suas expectativas sobre o futuro e seu sentimento de pertencimento.

Souza e Almeida (2020) complementam essa discussão ao apontar que a exclusão pedagógica ocorre tanto de maneira explícita quanto implícita. Currículos eurocêntricos e a ausência de figuras negras nos materiais didáticos reforçam a invisibilidade das contribuições históricas e culturais da população negra. Esse fator contribui para a alienação dos alunos e o afastamento da escola, impactando diretamente sua aprendizagem e desenvolvimento socioemocional.

Ao integrar essas perspectivas, percebe-se que a desigualdade racial na educação não se restringe apenas a questões estruturais e econômicas, mas também afeta o desenvolvimento psicossocial das crianças. A falta de representação positiva, as práticas excludentes e a ausência de suporte emocional comprometem a forma como os alunos negros se enxergam e interagem com o ambiente escolar. Para mitigar esses impactos, é essencial que a escola adote práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e promovam um ambiente de pertencimento e acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade racial no ambiente escolar é uma questão estrutural que impacta diretamente o desenvolvimento socioemocional e a aprendizagem de crianças e adolescentes negros. A discriminação, a falta de representatividade e o acesso desigual a recursos educacionais contribuem para a perpetuação de um ciclo de exclusão e desmotivação, limitando as oportunidades desses estudantes.

A escola, como reflexo da sociedade, tanto pode reproduzir essas desigualdades quanto atuar como um agente transformador. A psicologia da aprendizagem oferece bases teóricas que permitem compreender como o ambiente escolar influencia o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. O sócio-construtivismo de Vigotsky destaca a importância das interações sociais no aprendizado, enquanto a teoria do condicionamento operante de Skinner enfatiza o papel do reforço no processo educacional.

Diante desse cenário, é fundamental a implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas que combatam o racismo estrutural na educação, garantindo um ambiente escolar mais equitativo. Isso inclui a valorização da diversidade no currículo, a formação de professores para lidar com questões raciais e o fortalecimento do suporte psicológico para os alunos. Somente com um compromisso coletivo e ações efetivas será possível construir um sistema educacional que promova a equidade e contribua para o desenvolvimento pleno de todas as crianças e adolescentes.

Daiane Ferreira da Costa. Psicóloga, pós-graduada em Psicologia Social e Neuropsicologia. Atualmente, é mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), acadêmica do curso de Gestão Pública no IFRO – Campus Jarú e técnica em Agroecologia pelo IFRO – Campus Cacoal. Possui experiência com projetos voltados à equidade social, questões raciais, políticas públicas e fortalecimento de saberes comunitários no contexto amazônico. Atualmente, trabalha como psicóloga escolar na Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), no município de Ji-Paraná, RO.

Émerson Ribeiro Jardim. Técnico em Segurança do Trabalho, atuando na área de saúde e segurança ocupacional na empresa Cone Sul, revendedora Ambev. Atualmente é estudante de Psicologia na Estácio FAP de Pimenta Bueno. Desenvolve atividades voltadas à saúde mental e questões sociais, com relato de experiência em fase de publicação pela Rede de Apoio Psicossocial (RAPS) no site da Fiocruz, abordando os impactos da saúde mental da equipe de saúde da Unidade Básica de Saúde Maura Ferreira. Também atua como membro discente da faculdade e participa da Comissão Própria de Autoavaliação do polo de ensino.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 265-272, 2014.

BOIKO, Vanessa Alessandra Thomaz; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A perspectiva sócio-construtivista na psicologia e na educação: o brincar na pré-escola. **Psicol Estud [Internet]**. 6(1):51–58, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/f3FJJkXGVQL5JnsL7J5JP3C/?format=pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRAGA, Antonio Wescla Vasconcelos et al.. A teoria behaviorista de skinner: análise acerca de suas implicações na educação do ceará. **Anais I CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6855>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 018/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, 2002.

FLORES, Eillen Pfeiffer. **Análise do comportamento: contribuições para a psicologia escolar**. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 19, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.955>. Acesso em: 27 mar. 2025.

LASTÓRIA, Andrea Coelho. **Educação das relações étnico-raciais**. 2006.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 105, p. 117-129, 2022.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. Capítulo 12: B. F. Skinner – Teoria do Reforço. In: **Teorias da personalidade**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7945326/mod_folder/content/0/Schultz%20-%20Teorias%20da%20Personalidade%20pg%20309328%20cap.%2012.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

SOUZA, Simone Vieira de. **O estudante (in)visível na queixa escolar visível: um estudo sobre a constituição do sujeito na trajetória escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.



UMA HISTÓRIA DE PIONEIRISMO E LUTA PELA TERRA EM JI-PARANÁ/RO: ENTREVISTA COM A SENHORA CÉLIA REGINA

A STORY OF PIONEERING AND STRUGGLE FOR LAND IN JI-PARANÁ/RO: INTERVIEW WITH MRS. CÉLIA REGINA

UNA HISTORIA DE PIONERISMO Y LUCHA POR LA TIERRA EN JI-PARANÁ/RO: ENTREVISTA CON LA SEÑORA CÉLIA REGINA

Poliana Pereira Reinoso¹

Maria do Socorro Eliza Monteiro da Silva²

Rosa Marcia Firmino Ramos³

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma entrevista realizada em abril de 2025 como requisito da disciplina “interseccionalidade na Amazônia: teoria e pesquisa em psicologia” sob a orientação do professor Dr. Leandro Aparecido Fonseca Missiatto, realizada no Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. A metodologia usada neste trabalho foi a entrevista, uma vez que sua aplicabilidade é essencial em contextos sociais e históricos. No caso da entrevista aqui apresentada, optamos por ouvir a história de uma mulher pioneira na luta pela terra no município de Ji-Paraná. Enquanto recurso, realizou-se uma gravação pelo celular e posteriormente, transferido para texto por meio do aplicativo *transcribeMe*. A relevância dessa entrevista se deu na percepção do reconhecimento e valorização da luta pela terra. A permanência e persistência da família da senhora Célia Regina foram marcadas pela coragem e enfrentamento dos desafios da região Amazônica e das dificuldades estruturais na época da colonização.

Palavras-chave: pioneirismo; luta pela terra; permanência no campo.

1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: polianapereirareinoso@gmail.com

2 E-mail: maria.silva.unir.t5@gmail.com

3 Governo de Rondônia. E-mail: rosamarciamramos@hotmail.com



ABSTRACT

The present article is the result of an interview conducted in April 2025 as a requirement for the course "Intersectionality in the Amazon: Theory and Research in Psychology," under the supervision of Professor Dr. Leandro Aparecido Fonseca Missiatto, as part of the Master's Program in Psychology at the Federal University of Rondônia. The methodology used in this work was the interview, since its applicability is essential in social and historical contexts. In the case of the interview presented here, we chose to listen to the story of a pioneering woman in the struggle for land in the municipality of Ji-Paraná. As a resource, the interview was recorded on a cell phone and later transcribed into text using the TranscribeMe app. The relevance of this interview was perceived in the recognition and appreciation of the struggle for land. The permanence and persistence of Mrs. Célia Regina's family were marked by courage and the confrontation of the challenges of the Amazon region and the structural difficulties during the colonization period.

Keywords: pioneering; land struggle; permanence in the countryside

RESUMEN

El presente artículo es fruto de una entrevista realizada en abril de 2025 como requisito de la asignatura "Interseccionalidad en la Amazonía: teoría e investigación en psicología", bajo la orientación del profesor Dr. Leandro Aparecido Fonseca Missiatto, llevada a cabo en el Máster en Psicología de la Universidad Federal de Rondônia. La metodología utilizada en este trabajo fue la entrevista, ya que su aplicabilidad es esencial en contextos sociales e históricos. En el caso de la entrevista aquí presentada, optamos por escuchar la historia de una mujer pionera en la lucha por la tierra en el municipio de Ji-Paraná. Como recurso, se realizó una grabación con teléfono celular y, posteriormente, se transfirió a texto mediante la aplicación TranscribeMe. La relevancia de esta entrevista se evidenció en la percepción del reconocimiento y valorización de la lucha por la tierra. La permanencia y persistencia de la familia de la señora Célia Regina estuvieron marcadas por el coraje y el enfrentamiento de los desafíos de la región amazónica y de las dificultades estructurales en la época de la colonización.

Palabras clave: pionerismo; lucha por la tierra; permanencia en el campo.

INTRODUÇÃO

A entrevista é uma importante ferramenta para a construção de dados na pesquisa porque ela facilita a comunicação entre as partes envolvidas no processo investigativo. Com o diálogo, o/a pesquisador/a pode obter informações que não são encontradas em documentos com riqueza de detalhes porque são informações oriundas da experiência e da vivência do/a participante no fenômeno educativo investigado. O tipo de entrevista feita com a senhora Célia Regina foi semiestruturada, que permite uma maior flexibilidade nas respostas e nos diálogos, onde:

As questões, nesse caso, deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. Frequentemente, elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos. Exigem que se componha um roteiro de tópicos selecionados. As questões seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente (Rosa; Arnoldi, 2008, p. 30-31).

Diante do contexto, foi escolhida a entrevista semiestruturada, considerada importante instrumento de coleta de dados para a pesquisa qualitativa, uma vez que seu caráter mais flexível e passível de trocas permite ao/a investigador/a interpretar a realidade com base nos depoimentos dados pelos/as participantes, conforme observa Bastos e Santos (2013, p. 71) ao apontar que entrevista semiestruturada é “[...] uma oportunidade em que os participantes constroem versões e significados para o mundo em que estão inseridos e do qual fazem parte.

O roteiro desta entrevista foi com a senhora Célia Regina Gomes Ângelo, residente da zona rural do município de Ji-Paraná. Nascida em 1954 no estado de São Paulo ela chegou em Rondônia no final da década de 1970 juntamente com seu esposo, o senhor Nourival Ângelo. Movidos pelo ímpeto de conseguirem um pedaço de terra onde pudessem viver, esse casal foi um dos pioneiros da linha 98.



A colonização agrícola em Rondônia ocorreu de forma efetiva após o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) disponibilizar terras para que as regiões Norte e Centro-oeste pudessem ser ocupadas. Com o lema integrar para não entregar começou a ocupação de Rondônia com incentivo do governo federal. Rondônia tornou-se assim, destino de muitas pessoas que estavam em busca de terras. A Figura 1 apresenta uma reportagem da revista Veja sobre o sonho dos migrantes em conseguir terras em Rondônia.

Figura 1: Reportagem na revista Veja mostra sonho e cotidiano de migrantes e de indígenas no interior de Rondônia.



Foto: Reprodução/Governo de Rondônia, 2021.

A ocupação do estado de Rondônia se deu de forma ordenada e por meio de estratégias, onde segundo Amaral (2004) tal ocupação, que teve início na década de 70 se caracterizou por impedir que um número considerável de indivíduo pudesse ter acesso à terra. Utilizando-se de uma estratégia geopolítica, o Estado brasileiro procurou assegurar e controlar o domínio do espaço através das políticas de ocupação do território, por meio de órgãos federais, como a exemplo do INCRA criado em 1970.

Ao tratar da colonização em Rondônia Cunha (2015, p.12) nos diz que: “O choque cultural foi inevitável neste processo, que colocou pessoas de distintas regiões em um mesmo local. Sotaques e formas diferentes de lidar com a terra e com o rebanho começaram aos poucos a se misturar em novas configurações, não apenas sociais, mas também de produção laboral”.

A Figura 2 mostra uma foto de Ji-Paraná em 1974, na proximidade do rio Machado. Ji-Paraná, assim como outros municípios de Rondônia recebeu grande número de migrantes na década de 1970 movidos pelo sonho de conseguirem terras. Aos poucos, a vila de Rondônia foi se transformando numa área urbana e na atualidade é a 2ª maior cidade de Rondônia.

Nossa entrevistada, a sr^a Célia Regina nos conta em seus relatos das dificuldades enfrentadas quando chegou aqui com as filhas ainda pequenas. Uma história de pioneirismo, que mostra a força da mulher, da mãe, da esposa e que merece ser contada e validada.

Figura 1: Reportagem na revista Veja mostra sonho e cotidiano de migrantes e de indígenas no interior de Rondônia.



Fonte:Hervé Thery (1974)

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de uma entrevista, tendo como recurso um aparelho de celular para gravar as falas que foram direcionadas ao entendimento e reflexão do contexto social em que a entrevistada vivencia. Este artigo foi produzido especialmente para a Revista Bem Viver Compartilhando Saberes e adotou como metodologia a técnica de entrevista. Segundo Fraser e Gomdim (2004), “essa técnica consiste em fornecer dados básicos para uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos específicos”.

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma conversação dirigida a um propósito definido, ou seja, é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas.

Acredita-se que a entrevista como técnica de pesquisa social associada às observações etnográficas tenha sido usada inicialmente por Booth, em 1886, em estudo sobre as condições sociais e econômicas dos habitantes de Londres. Como técnica de investigação

foi gradativamente difundida nas pesquisas qualitativas e nas pesquisas quantitativas (Fontana & Frey, 1994).

Entrevista cedida em 04 de abril de 2025 com autorização da entrevistada para divulgação de dados, relatos e informações pessoais. Entrevista realizada em Ji-Paraná, Rondônia e gravada com o aparelho de telefone celular e posteriormente transcrita com um aplicativo que transforma áudio em texto (*transcribeMe*).

Para a realização da entrevista buscamos alguém com pertencimento e historicidade no lugar, alguém que pudesse explicar suas experiências e vivências de forma detalhada. Para tanto, recorremos a senhora Célia Regina, em razão de ter sido uma figura importante no pioneirismo da linha 98, acompanhada de sua família (esposo e quatro filhos) lutou pela posse da terra e se destaca por residir há muito tempo neste lugar, sendo testemunha das transformações ocorridas no espaço, das pessoas que foram chegando e até hoje participa efetivamente da comunidade. Em 2010 ela ficou viúva, porém, permaneceu na terra e atualmente sua principal renda é a pecuária.

RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da entrevista foi de suma importância para refletir sobre as vivências e o pioneirismo da entrevistada. Um convite para conhecer melhor a realidade de uma mulher que chegou em Rondônia logo no início da colonização. Suas falas e relatos fazem parte da historicidade do lugar e sem dúvida foram de grande relevância para construção social desta pesquisa.



Em que ano a senhora chegou em Rondônia e quais os motivos a trouxeram para cá?

Célia: Cheguei aqui dia 25 de novembro de 78. A razão de ter vindo pra cá foi desbravar a terra, virar sitiante e agricultora.

Quais foram as dificuldades que a senhora enfrentou quando chegou aqui?

Célia: Foram muitas. Logo que eu cheguei, nós ficamos ainda um ano morando em Ji-Paraná porque eu tinha duas crianças pequenas e aí não tinha estrada para a gente vir para morar na Terra. Então o Nourival vinha sozinho para cá para a terra, passava a semana e eu ficava na cidade com as crianças. Após um ano, aí eles fizeram uma estrada, assim de picadão, de enxidão, de picareta, arrancando pedra... aquela coisa toda, aí conseguiu melhorar a estrada, um pedaço para a gente conseguir chegar aqui no lombo de cavalo.

E na cidade não tinha energia, não tinha acesso a tudo que eu tinha lá em São Paulo quando eu vim para cá. As meninas eram pequenas tinham o costume de comer fruta, essas coisas e chegou aqui sofri muito porque não achava, mesmo que tivesse dinheiro para comprar não achava e elas sofreram bastante e eu também e se for falar as dificuldades tem muito mais, mas essas são as mais que mais atacou foi essa.

A senhora conseguiu essa terra por meio do projeto de colonização do INCRA?

Célia: Sim, conseguimos. Assim, com muita dificuldade porque mesmo sem ter estrada, mesmo sem ter condições de a gente viver na terra nós fomos obrigados a vir para cá para estar aqui para que não fosse invadida a terra. Conseguimos sim, mas com muita dificuldade. Com muito sofrimento naquela época nós pegamos lote de 42 alqueires.

Quais foram os hábitos da sua cultura de origem que permaneceram?

Célia: Não teve como a gente manter os hábitos que a gente tinha lá. Muitos deles a gente teve que esquecer e se adaptar a um novo costume, uma nova forma de sobreviver. Não teve como a gente manter os hábitos que a gente tinha lá porque aqui era complicado, não tinha acesso a coisas boas e era só dificuldade mesmo.

A senhora tem vontade de retornar a sua terra Natal?

Célia: Hoje, não. Já me adaptei aqui, já virei rondoniense e agora eu não tenho vontade de voltar mais. Estou bem aqui, graças a Deus.

Qual seu grau de escolaridade? Foi difícil chegar até essa escolaridade?

Célia: Eu tenho a oitava série concluída, mas foi difícil porque eu quando eu fiz o primário eu tinha 15 anos. Depois parei e aí vim concluir a oitava série com 39 anos. E não consegui ter como prosseguir para frente. Mas estou feliz. Foi difícil, muito difícil, mas consegui para chegar à oitava série.



Figura 3: Primeira casa construída pelo esposo da senhora Célia.



Foto: Arquivo pessoal da entrevistada.

Quais memórias afetivas de quando a senhora chegou aqui em Rondônia?

Célia: Bem... essa parte aí nós não tivemos não, porque aqui era muito complicado, aqui era todo mundo muito carente, acolhia sim, da forma que estava no alcance, mas era sofrimento para todo mundo. E isso marcou porque as pessoas mesmo com dificuldade, eles ainda procuravam ajudar. O Nourival mesmo foi um dos que acolheu muitas pessoas aqui e ajudou muita gente.

A Figura 3 é uma foto antiga do arquivo pessoal da sr^a Célia, onde é possível perceber a primeira casa construída no sítio da família. Nos detalhes podemos perceber a mata ao fundo e a casa feita de madeira, naquela época uma das principais condições para conseguir

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar por meio da entrevista cedida pela senhora Célia, que a narrativa da mesma se mescla aos processos de ocupação do estado de Rondônia. Ao migrar de São Paulo para Rondônia na década de 1970 a senhora Célia Regina se deparou com muitos desafios no que tange a região Amazônica, como doenças, falta de infraestrutura, saudade da família e do seu local de origem. No contexto da colonização rondoniense, muitos migrantes decidiram fazer de Rondônia o seu lugar de pertencimento, não foi diferente da história da nossa entrevistada, que reside até hoje no mesmo lote que conseguiu na época em que aqui chegou.

Desse modo podemos concluir que a vida das pessoas que lutam pela terra e que vivem no campo é repleta de desafios. A memória é o alicerce que sustenta a identidade individual e coletiva. Resguardar essa memória, especialmente por meio do registro de pessoas, é uma tarefa fundamental para preservar a história, cultura e experiências que definem quem somos. Cada pessoa carrega consigo uma narrativa única, que, quando registrada, torna-se um patrimônio valioso para as gerações presentes e futuras

Esse relato representa a satisfação em está na terra. Registrar essas vivências é uma forma de valorizar essas pessoas, garantir que suas contribuições não sejam apagadas pelo tempo e fortalecer o reconhecimento da diversidade cultural e social do país.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. Mata virgem: **Terra prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro, RJ: Quartet Faperj, 2013.

CUNHA, E. A. da. A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia. **XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis**, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453_ARQUIVO_ARECENTEO_CUPACAO-editado.pdf

FONTANA, A.; FREY, J. H. (1994). Interviewing the art of Science. Em N. Denzin & Y.S. Lincoln (orgs.), **Handbook of qualitative research** (pp.361-376). London: Sage Publications Inc.

FRASER, M.T.D; GONDIM, S.M.G. A fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139 -152.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C.. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

THÉRY, H. **Rondônia mutações de um território federal na Amazônia**. SK Editora, Curitiba, 2012.

LITERATURA





C O N T O

A CASINHA À BEIRA DO RIACHO

THE LITTLE HOUSE BY THE CREEK

LA PEQUEÑA CASA JUNTO AL RÍO

Elenice Sakyrabiar

BIOGRAFIA

Eu sou Elenice Sakyrabiar, tenho 20 anos e sou uma orgulhosa representante do povo Sakyrabiar (ou Sakurabiat). Minha cultura e tradições estão profundamente entrelaçadas com minhas raízes familiares. Sou filha de Olímpio Sakyrabiar e Margareth Makurap. Minha mãe, embora tenha partido, permanece viva em minhas lembranças e na história da nossa família.

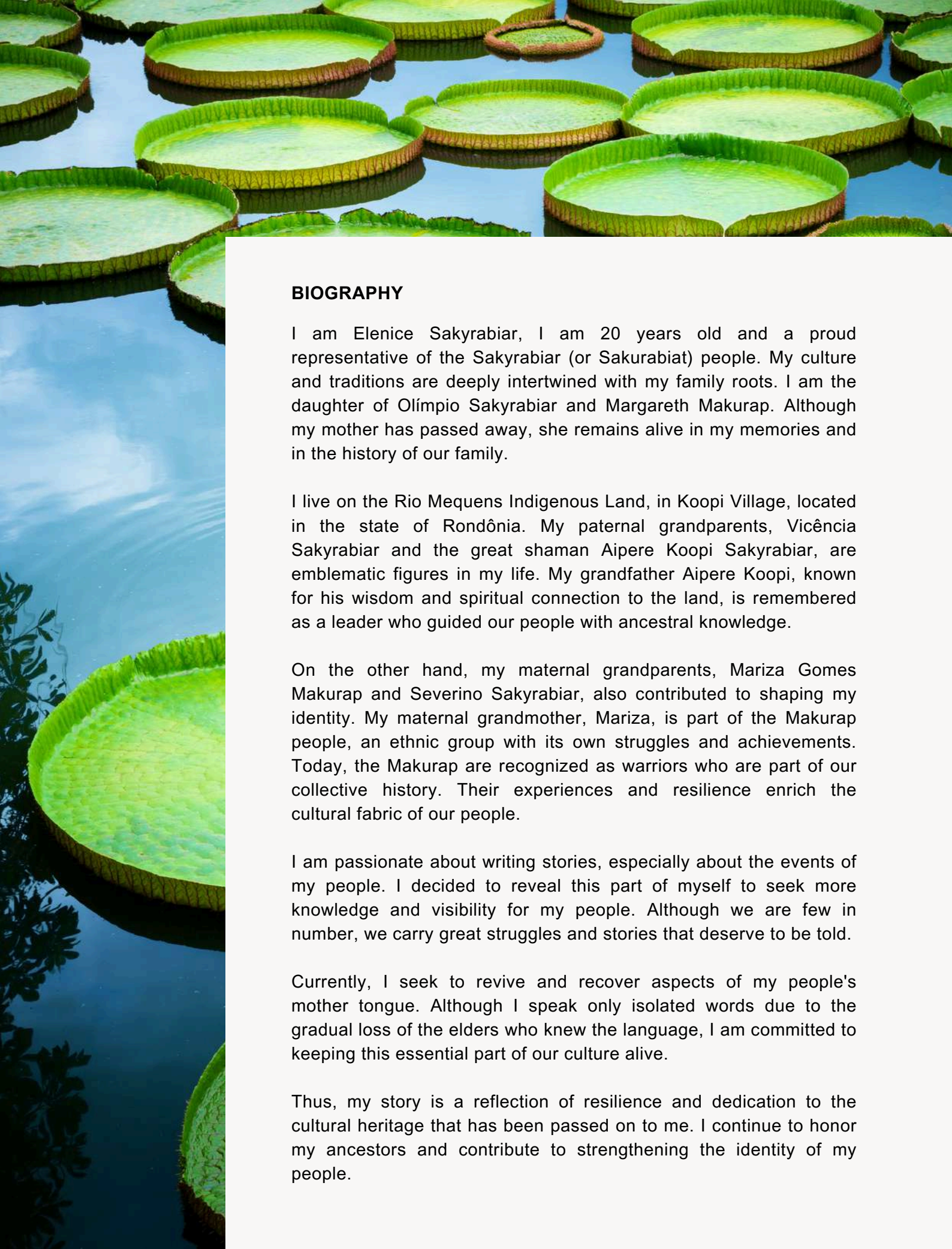
Vivo na terra indígena Rio Mequens, na Aldeia Koopi, localizada no estado de Rondônia. Meus avós paternos, Vicência Sakyrabiar e o grande pajé Aipere Koopi Sakyrabiar, são figuras emblemáticas na minha vida. O meu avô Aipere Koopi, reconhecido por sua sabedoria e conexão espiritual com a terra, é lembrado como um líder que guiou nosso povo com conhecimento ancestral.

Por outro lado, meus avós maternos, Mariza Gomes Makurap e Severino Sakyrabiar, também contribuíram para a formação da minha identidade. Minha avó materna, Mariza, é parte do povo Makurap, uma etnia que carrega suas próprias lutas e conquistas. Hoje, os Makurap são reconhecidos como guerreiros que fazem parte da nossa história coletiva. Suas experiências e resiliência enriquecem o tecido cultural do nosso povo.

Sou apaixonada por escrever histórias, especialmente sobre os acontecimentos do meu povo. Essa parte de mim resolvi revelar para buscar mais conhecimento e visibilidade para o meu povo. Embora sejamos poucos, carregamos grandes lutas e histórias que merecem ser contadas.

Atualmente, busco reviver e resgatar aspectos da língua materna do meu povo. Embora eu fale apenas palavras isoladas devido à perda gradual dos anciãos conhecedores da língua, estou comprometida em manter viva essa parte essencial da nossa cultura.

Assim, minha história é um reflexo de resiliência e dedicação à herança cultural que me foi transmitida. Continuo a honrar meus ancestrais e a contribuir para o fortalecimento da identidade do meu povo.



BIOGRAPHY

I am Elenice Sakyrabiar, I am 20 years old and a proud representative of the Sakyrabiar (or Sakurabiat) people. My culture and traditions are deeply intertwined with my family roots. I am the daughter of Olímpio Sakyrabiar and Margareth Makurap. Although my mother has passed away, she remains alive in my memories and in the history of our family.

I live on the Rio Mequens Indigenous Land, in Koopi Village, located in the state of Rondônia. My paternal grandparents, Vicência Sakyrabiar and the great shaman Aipere Koopi Sakyrabiar, are emblematic figures in my life. My grandfather Aipere Koopi, known for his wisdom and spiritual connection to the land, is remembered as a leader who guided our people with ancestral knowledge.

On the other hand, my maternal grandparents, Mariza Gomes Makurap and Severino Sakyrabiar, also contributed to shaping my identity. My maternal grandmother, Mariza, is part of the Makurap people, an ethnic group with its own struggles and achievements. Today, the Makurap are recognized as warriors who are part of our collective history. Their experiences and resilience enrich the cultural fabric of our people.

I am passionate about writing stories, especially about the events of my people. I decided to reveal this part of myself to seek more knowledge and visibility for my people. Although we are few in number, we carry great struggles and stories that deserve to be told.

Currently, I seek to revive and recover aspects of my people's mother tongue. Although I speak only isolated words due to the gradual loss of the elders who knew the language, I am committed to keeping this essential part of our culture alive.

Thus, my story is a reflection of resilience and dedication to the cultural heritage that has been passed on to me. I continue to honor my ancestors and contribute to strengthening the identity of my people.



BIOGRAFÍA

Soy Elenice Sakyrabiar, tengo 20 años y soy una orgullosa representante del pueblo Sakyrabiar (o Sakurabiat). Mi cultura y tradiciones están profundamente entrelazadas con mis raíces familiares. Soy hija de Olímpio Sakyrabiar y Margareth Makurap. Mi madre, aunque ya no está, permanece viva en mis recuerdos y en la historia de nuestra familia.

Vivo en la tierra indígena Río Mequens, en la Aldea Koopi, ubicada en el estado de Rondônia. Mis abuelos paternos, Vicência Sakyrabiar y el gran chamán Aipere Koopi Sakyrabiar, son figuras emblemáticas en mi vida. Mi abuelo Aipere Koopi, reconocido por su sabiduría y conexión espiritual con la tierra, es recordado como un líder que guió a nuestro pueblo con conocimiento ancestral.

Por otro lado, mis abuelos maternos, Mariza Gomes Makurap y Severino Sakyrabiar, también contribuyeron a la formación de mi identidad. Mi abuela materna, Mariza, es parte del pueblo Makurap, un grupo étnico que lleva consigo sus propias luchas y conquistas. Hoy en día, los Makurap son reconocidos como guerreros que forman parte de nuestra historia colectiva. Sus experiencias y resiliencia enriquecen el tejido cultural de nuestro pueblo.

Me apasiona escribir historias, especialmente sobre los acontecimientos de mi pueblo. Decidí mostrar esta parte de mí para buscar más conocimiento y visibilidad para mi pueblo. Aunque somos pocos, llevamos grandes luchas e historias que merecen ser contadas.

Actualmente, busco revivir y rescatar aspectos de la lengua materna de mi pueblo. Aunque sólo hablo palabras aisladas debido a la pérdida gradual de los ancianos conocedores de la lengua, estoy comprometida a mantener viva esta parte esencial de nuestra cultura.

Así, mi historia es un reflejo de resiliencia y dedicación a la herencia cultural que me fue transmitida. Sigo honrando a mis antepasados y contribuyendo al fortalecimiento de la identidad de mi pueblo.

A CASINHA À BEIRA DO RIACHO

Era uma noite tranquila quando meu marido e eu decidimos nos mudar para uma pequena casinha à beira do riacho na minha aldeia. O lugar era encantador, cercado pela natureza exuberante e com o som suave das águas correndo. Mal sabíamos que aquele cenário idílico guardava segredos profundos.

Nos primeiros dias, tudo parecia perfeito. Porém, logo meu marido começou a relatar algo inquietante. Ele acordava à noite com o som de vozes e gargalhadas ecoando na escuridão, como se uma festa estivesse acontecendo nas margens do riacho. Eu, por outro lado, não ouvia nada. Ele tentava me convencer de que era real, mas eu achava que eram apenas os ecos da natureza.

Certa madrugada, ele se levantou decidido a descobrir a origem daqueles sons. Com o coração acelerado, ele caminhou até o riacho. A lua cheia refletia na água, criando uma atmosfera mística e ao mesmo tempo aterrorizante. Enquanto ele se aproximava da beira, as vozes pareciam se intensificar, risadas infantis misturadas a murmúrios desconhecidos.

Desesperado, ele chamou por mim, mas eu ainda não conseguia ouvir nada além dos sons normais da floresta noturna. Ele voltou para casa pálido e tremendo. “Elenice,” disse ele com a voz trêmula, “são espíritos... Espíritos dos indígenas que viveram aqui antes de nós.”

Naquela noite, ele decidiu pesquisar mais sobre a história e descobriu que muitos que dormiam na aldeia próxima também ouviam os mesmos sons. Eram relatos de visitantes que não conseguiam escapar das vozes dos antigos moradores da terra — almas inquietas que ainda celebram suas vidas à beira do riacho.

Mas havia algo que meu marido não sabia: eu não ouvia aquelas vozes porque era dali. Eu morava ali há muito tempo com minha família e meu espírito também estava no meio deles; isso se devia ao fato de sermos netos de um pajé. Para mim, aquelas risadas eram familiares e acolhedoras.

Com o passar do tempo, meu marido começou a se acostumar com os sons noturnos. Ele percebeu que os espíritos não eram perigosos; eles apenas queriam se divertir e celebrar à beira do riacho, como sempre fizeram em vida. As gargalhadas tornaram-se parte da nossa rotina noturna.

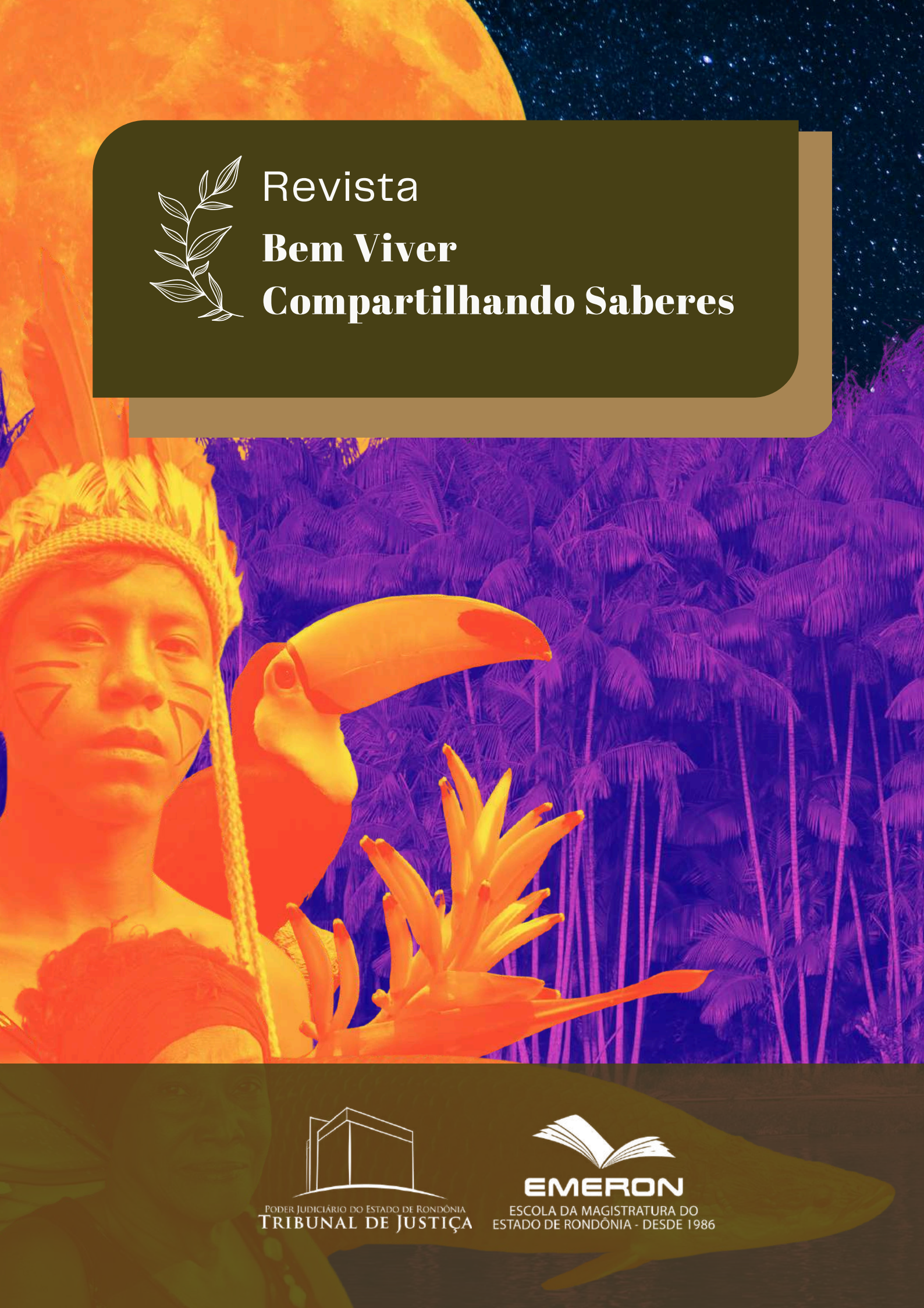
Hoje vivemos em harmonia na casinha à beira do riacho. Os espíritos são do bem e nos observam; eles sabem que um dia também nos divertiremos e celebraremos com eles nas margens daquele mesmo riacho — onde as risadas ecoam eternamente sob a luz da lua cheia.

E assim é minha história: um lembrete de que algumas almas nunca deixam de dançar e celebrar; elas permanecem entre nós, esperando pelo dia em que nos reuniremos para compartilhar risadas e alegria novamente.





Revista **Bem Viver** **Compartilhando Saberes**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986